

BRICS+G: Crescimento e Sustentabilidade

Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul e Alemanha dialogando sobre estratégias para a sustentabilidade

Relatório da Conferência

Publicado por:

Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ) GmbH

Conselho Alemão para o Desenvolvimento Sustentável (RNE)

**Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável
Ministério do Meio Ambiente
Governo Federal do Brasil**



Apresentação

A Conferência Internacional BRICS+G sobre Crescimento e Desenvolvimento Sustentável, realizada em Berlim nos dias 4 e 5 de setembro de 2005, antecedida por seminários nacionais no Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, foi uma oportunidade única para troca de experiência, debate e convívio entre as representações destes países centrados na temática do Desenvolvimento Sustentável – sobre os quais esta publicação oferece uma síntese esclarecedora.

Os países BRICS são marcados por diferenças históricas, econômicas, sociais e políticas mas, também, por semelhanças: grandes populações e extensões territoriais, rica diversidade biológica e cultural – de tal forma e grandeza que só haverá um novo padrão civilizatório no mundo se também ocorrer nos países BRICS. A estratégia do desenvolvimento global sustentável, desenhada na Rio-02, só será efetiva se assumida pelos países BRICS, e só haverá no futuro uma sociedade global sustentável se incorporar os BRICS.

A delegação brasileira à Conferência BRICS+G foi composta por representantes do governo e organizações ambientalistas, empresariais e universidades¹, oferecendo uma diferenciação de enfoques, mas também uma visão confluyente sobre o papel pro ativo do Brasil na definição das políticas ambientais globais e dos esforços do governo e da sociedade brasileira no enfrentamento do desafio do desenvolvimento sustentável.

Por outro lado, a delegação brasileira teve a oportunidade de ouvir e dialogar com as delegações da Rússia, Índia, China e África do Sul – apreendendo seus desafios, considerando suas experiências e prospectivando iniciativas conjuntas futuras.

Finalmente, mas não por último em importância, foi fundamental o contraponto oferecido pela delegação da Alemanha, um país europeu, desenvolvido, com reconhecido papel de vanguarda na luta pelo desenvolvimento sustentável e promotor desta iniciativa politicamente inovadora.

O Ministério do Meio Ambiente através da Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável, considera altamente proveitoso para o Brasil este canal de diálogo multilateral entre países BRICS e dos BRICS com a Alemanha focado na temática do desenvolvimento sustentável e oportuno socializar com o público brasileiro, através desta publicação, este debate crucial para o futuro da sociedade brasileira e da humanidade.

Gilney Viana, Secretário de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável

¹ Gilney Amorim Viana – MMA; Marcel Burzstyn – UNB; Roberto Smeraldi – Amigos da Terra; Celina Borges Torrealba Carpi - Instituto Ethos.



Sumário

“BRICS+G: Crescimento e Sustentabilidade” apresenta um novo processo de diálogo, em nível internacional, sobre como estabelecer o crescimento econômico sustentável, considerando o meio ambiente e a sociedade. Os países BRICS — Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul — estão se tornando cada vez mais fortes e influentes na economia e política mundiais. A Alemanha deve ter a capacidade de encarar esse desafio, política e economicamente.

Iniciado pelo Conselho Alemão para o Desenvolvimento Sustentável (RNE) e pela Agência Alemã de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento (GTZ), esse diálogo foi promovido em duas etapas. Primeiramente, foram realizadas seis conferências nacionais. Os representantes dessas conferências reuniram-se, então, para um diálogo em nível internacional. A relação entre crescimento e sustentabilidade foi discutida, de forma exemplar, em torno dos temas energia, recursos naturais e política social. As questões apresentadas, no início da Conferência, serviram como base para a preparação dos debates.

Cada ação orientada pelo processo será bem-sucedida na mesma medida em que for adotada. Assim, os participantes das conferências nacionais entenderam que a sustentabilidade não pode ser alcançada somente por ações governamentais; em vez disso, ela deve ser desenvolvida com a participação das forças políticas, sociais e econômicas. No processo BRICS+G, foi possível reunir personalidades de destaque na política, economia, ciência e sociedade civil.

O diálogo realça o objetivo principal que é o de estabelecer metas e indicadores nacionais para o desenvolvimento da sociedade e do meio ambiente. Outro ponto importante é a participação dos grupos de interesse (stakeholders). Destacou-se, também, a questão de como integrar melhor e de maneira mais transparente as iniciativas políticas isoladas. Para uma estratégia duradoura de crescimento e sustentabilidade, deve-se levar em conta a integração efetiva, na medida do possível, dos aspectos econômico, ambiental e social e iniciativas nas políticas setoriais.

A cooperação do RNE e da GTZ possibilitou ao diálogo internacional uma atmosfera de cunho político, mas tam-

Executive Summary

“BRICS+G Sustainability and Growth” represents a new kind of international dialogue on the question of how economic growth can be put on a basis which is supportable for nature and society. The increasing importance of the BRICS countries – Brazil, Russia, India, China and South Africa – on the global stage is a challenge which Germany has to respond to, both economically and politically.

Initiated and organised by the German Council for Sustainable Development (RNE) and the Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ) GmbH, the dialogue was conducted in two stages: in the first instance, six national conferences were held, after which representatives from these conferences came together for an international dialogue. The connection between sustainability and growth was discussed using, by way of example, the subjects of energy and natural resources or social policy. Issues defined by the initiators were used in preparation for the discussions.

A process-oriented concept can only be successful if it is accepted by those involved. On this premise, the national conferences took account of the fact that sustainability cannot be achieved through State intervention alone, but must be developed by the political, social and economic forces involved. The BRICS+G process has succeeded in starting a dialogue involving high-ranking figures from the world of politics, business, science and the civil society.

The dialogue underlines the central importance of setting national objectives and indicators for the development of society and the environment. The participation of stakeholders is a further important element. Another key issue is that of how individual political approaches can be better integrated and made more transparent. If a strategy for sustainability and growth is to stand the test of time and be successful, there must be due consideration of economic, ecological and social aspects with an integrated approach to sectoral policy.

The cooperation of RNE and GTZ has created a framework for an international dialogue which is politics-based yet open at the same time. All participants welcomed the first opportunity they had experienced of entering actively into

bém de abertura. Todos parabenizaram essa oportunidade de, pela primeira vez, participarem ativamente nos diálogos, analisarem possibilidades de cooperação e aprenderem uns com os outros. Os representantes dos países compararam a situação de suas estratégias nacionais de sustentabilidade, trocaram experiências e opiniões, tematizando, também, suas dificuldades e riscos. Com o objetivo de manter-se o máximo de abertura nos diálogos, evitou-se a elaboração de esclarecimentos formais e a coordenação de comunicados.

O presente documento, elaborado pelo RNE e a GTZ, abrange, principalmente, um pequeno resumo dos seis encontros preparatórios, em nível nacional, um relatório detalhado sobre a conferência internacional e as conclusões (lições aprendidas).

A versão completa dos documentos das conferências nacionais, os documentos relevantes às estratégias nacionais de sustentabilidade e subsídios complementares encontram-se disponíveis no *site*: www.bricsg.net

a dialogue, sounding out the opportunities for cooperation, and learning from each other. The representatives of the countries involved compared the state of their national sustainability strategies, exchanged experiences and evaluations, and broached the issues of difficulties and risks. In the interests of maintaining maximum openness, formal explanations were not developed, and coordinated communiqués were not released.

This documentation comprises a short summary of the six preparatory national conferences/workshops, a detailed report on the international dialogue conference, and a summary of the lessons learned from the perspectives of RNE and GTZ.

The full documentation on the national conferences, relevant documents on national sustainability strategies and accompanying materials can be found at www.bricsg.net

Índice

- 8 Prefácio RNE: opções de abertura, idéias compartilhadas
- 9 Prefácio GTZ: reflexão social e necessidade de aprendizado
- 10 BRICS+G: uma nova perspectiva de diálogo internacional sobre crescimento e sustentabilidade (Português | Inglês)
- Crescimento e sustentabilidade
 - 12 no Brasil
 - 16 na Rússia
 - 19 na Índia
 - 23 na China
 - 26 na África do Sul
 - 29 na Alemanha
- 33 BRICS+G: a Conferência Internacional
- 69 Aquisição de experiência e conhecimentos junto à GTZ (Português | Inglês)
- 73 Aquisição de experiência e conhecimentos junto ao RNE (Português | Inglês)
- 77 A Agência Alemã de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento (GTZ)
- 78 O Conselho Alemão para o Desenvolvimento Sustentável (RNE)

Prefácio RNE: opções de abertura, idéias compartilhadas

A união dos modelos de crescimento e a sustentabilidade do desenvolvimento econômico, social e ambiental é um desafio, de caráter fundamental, em qualquer país do mundo. Os setores produtivos mais importantes e o crescimento econômico atuais não têm como objetivo alcançar a prosperidade de todos os povos do planeta. Todavia, o crescimento é necessário para reduzir a pobreza e firmar a democracia e o bem-estar de um número cada vez maior de indivíduos. Mas, para isso, faz-se necessário fomentar a idéia de que esse tipo de crescimento deve ser alcançado por meio da sustentabilidade, e não em detrimento dela.

Na década de 80, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), das Nações Unidas — a chamada Comissão Brundtland —, da qual tive a honra de participar, introduziu a noção de sustentabilidade na política internacional. Essa idéia impulsionou reuniões de cúpula nas Nações Unidas, acordos multinacionais e ações realizadas pela sociedade civil e setor privado. Atualmente, as estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável se convertem em instrumento de abertura para novas opções políticas. A criação da propriedade a partir dos grupos de interesse, a combinação de ações políticas e estratégias de comunicação, a adoção de indicadores para práticas bem-sucedidas (*best practices*) e a integração de políticas setoriais em um conjunto de cronogramas e metas abrangentes fornecem uma série de novos compromissos e opções de ação. A Alemanha ainda está longe de utilizar, por completo, essas opções. Por esse motivo, tem-se buscado novas abordagens e compartilhamento de experiências e pontos de vista, além da criação de processos de aprendizagem.

Como representante do Conselho Alemão para o Desenvolvimento Sustentável, gostaria de chamar a atenção para o fato de este ser o momento ideal para iniciarmos um diálogo internacional em torno das propostas nacionais de estratégias de desenvolvimento sustentável. Isso é uma verdade para a Europa e, principalmente, quando o assunto é crescimento e sustentabilidade em nível global. Os países emergentes estão remodelando a topografia socioeconômica e política. Nas próximas décadas, o Brasil, a Rússia, Índia, China e África do Sul irão se equiparar às tradicionais nações industrializadas, em termos de crescimento econômico, participação no mercado mundial e importância política. Juntamente com alguns outros países, essas economias emergentes geram desafios em torno do desenvolvimento e meio ambiente e, ao mesmo tempo, oferecem novas oportunidades para superar o ônus social e ambiental dos modelos não sustentáveis de produção e consumo.

Mais precisamente, é responsabilidade da Alemanha, como uma das potências industriais líderes, provar que as estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável (ENDS) realmente fazem a diferença e que é possível, por exemplo, dissociar o crescimento da exaustão de recursos. Em nosso entendimento, como promovedores desse diálogo, é justamente esse o motivo pelo qual iniciamos o projeto BRICS+G: Crescimento e Sustentabilidade em ENDS, como um novo sistema internacional de aquisição de experiências e conhecimento. Para que a Alemanha faça o seu dever de casa, ela será responsável pelo aprimoramento das propostas de sustentabilidade. Quanto à projeção global dos serviços por ela prestados, a Alemanha é responsável por contribuir com a capacidade do planeta de enfrentar os desafios ambientais, sociais e econômicos, atendendo às demandas da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.

Gostaria, ainda, de expressar meus sinceros agradecimentos à Agência Alemã de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento pela união de forças com o Conselho na implantação conjunta do projeto BRICS+G.

Dr. Volker Hauff, Presidente do Conselho Alemão para o Desenvolvimento Sustentável

Prefácio GTZ: reflexão social e necessidade de aprendizado

O Secretário Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, descreveu o implemento do conceito de sustentabilidade como sendo o maior desafio do século 21. Não se pode pensar em encarar esse desafio, ignorando as potências econômicas e políticas do porvir, como Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Com suas impressionantes taxas de crescimento, esses países chamados “BRICS” terão um papel decisivo, no futuro, para a consolidação da sustentabilidade no desenvolvimento, em todo o planeta. Esses países se destacam, também, pela liderança em suas regiões, situação compartilhada pela Alemanha, uma força importante para o desenvolvimento na União Européia ao longo das últimas décadas.

O desenvolvimento sustentável não é um desafio exclusivo do sul ou do norte, dos governos ou da iniciativa privada. É, antes, um desafio de todos os países e forças da sociedade muito embora todo o reconhecimento da comunidade internacional ao conceito de desenvolvimento sustentável e os grandes esforços envidados nessa área, com inúmeros exemplos positivos, o progresso real se mantém aquém das expectativas. De fato, é cada vez mais lamentável que, embora muitos países estejam implementando diversas propostas inovadoras, muito pouco de seus resultados seja conhecido pelos atores de outras nações enfrentando problemas semelhantes. Quando chegam a conhecer, não lhes é possível a implantação dos respectivos instrumentos. A competição, a luta pelo poder e os interesses pessoais têm aí, naturalmente, um papel-chave.

Como provedores de serviços, no âmbito da cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável, em mais de 100 países, sabemos que, para soluções viáveis, não se pode simplesmente copiar os planos de ação de outros países. Para se obter soluções duradouras, aceitação pela sociedade e conseqüente viabilidade, a longo prazo, é preciso respeitar as diferentes matrizes culturais. Dessa maneira, são necessários processos de reflexão sobre a sociedade e o aprendizado. Foi assim que, juntamente com o Conselho Alemão para o Desenvolvimento Sustentável, demos início ao diálogo do BRICS+G, em torno da sustentabilidade e do crescimento. O desenvolvimento sustentável requer de todos a busca pelo equilíbrio de interesses, de forma justa e pacífica. Esse diálogo foi, então, construído de modo a garantir a integração das informações e idéias de vários grupos de interesse (governo, setor privado, sociedade civil e comunidade acadêmica). Mais uma vez, essa proposta, de caráter holístico, mostrou-se extremamente proveitosa.

A GTZ tem um compromisso com o desenvolvimento sustentável. Independentemente dos tipos de serviços prestados, ela sempre se esforça por aderir a esse princípio. Concentrando suas atividades na área de capacitação, uma de suas principais competências, a GTZ introduzirá as experiências e conhecimentos apreendidos nessa primeira etapa do diálogo em sua estrutura de apoio aos países parceiros, na busca por modelos de crescimento mais sustentáveis.

Por último, gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos a todos os parceiros que participaram da preparação e compareceram aos vários encontros e à Conferência Internacional, em Berlim. Graças ao compromisso individual, engajamento e abertura, o diálogo foi bem-sucedido e se manteve o interesse de todas as partes em dar continuidade a esse processo. Foi uma ótima experiência trabalhar nesse projeto, juntamente com o Conselho Alemão para o Desenvolvimento Sustentável; ter, ao nosso lado, um parceiro inovador e de mais alta competência. Esperamos ter a oportunidade de novas parcerias no futuro.

Dr. Bernd Eisenblätter, Diretor Administrativo da GTZ

BRICS+G: Uma nova perspectiva de diálogo internacional sobre crescimento e sustentabilidade

Um Projeto de Cooperação entre a Agência Alemã de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento (GTZ) e o Conselho Alemão para o Desenvolvimento Sustentável (RNE)

Como o crescimento econômico pode ser projetado de maneira sustentável? Essa questão tem sido intensamente discutida em todo o mundo. Nesse sentido, um número cada vez maior de países tem elaborando estratégias de desenvolvimento sustentável duradouras, equilibrando interesses nas áreas econômica, social e ambiental. No processo de definição dessas estratégias, as idéias e experiências práticas de países como o Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (os chamados países BRICS) são de relevância global e fundamental. No entanto, raras são as oportunidades de intercâmbio internacional sobre o assunto. O RNE e a GTZ uniram esforços para iniciar um processo de diálogo entre os países BRICS e a Alemanha (BRICS+G).

O objetivo do projeto é oferecer uma plataforma para a troca de experiências, idéias e opiniões entre especialistas do governo, iniciativa privada e sociedade civil dos países BRICS e da Alemanha. Ao mesmo tempo em que enfocarem as experiências com estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável (ENDS), os debates deverão concentrar-se nos exemplos oriundos do setor energético, social e de gestão de recursos. A expectativa é que os participantes comparem suas respectivas políticas, compartilhem experiências, avaliações e tirem conclusões, levando em conta as ENDS de seus países. Esse processo visa, ainda, incentivar futuros intercâmbios sobre a estruturação sustentável do crescimento econômico.

A primeira série de encontros conduzida por esse projeto ocorreu nas esferas nacionais e na internacional:

BRICS+G: A New Kind of International Dialogue on Sustainability and Growth

A Cooperation Project of the Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ) GmbH and the German Council for Sustainable Development (RNE)

How can economic growth be shaped in a sustainable way? This question is being discussed intensively all over the world. An increasing number of countries are elaborating national strategies for sustainable development that base economic growth on a long-term foundation, balancing the interests of the economy, society and the environment. In the process of defining such strategies, the visions and practical experiences of countries such as Brazil, Russia, India, China and South Africa (the BRICS countries) regarding sustainable development are of crucial global importance. However, in the past there were few opportunities for international exchange on these issues. RNE and GTZ have therefore joined forces to initiate a dialogue process among the BRICS countries plus Germany (BRICS+G).

The purpose of the project is to offer a platform for experts from the governments, the economies and the civil societies of the BRICS+G countries to exchange their views, ideas and experiences. While focus is placed on experiences with NSSD, discussions should also refer to examples from the areas of energy, resource management and the social dimension. Participants should compare their respective policies for sustainable development, exchange experiences and evaluations, and draw conclusions regarding their NSSDs. The idea is to provide the initial impetus for further exchange on how to shape economic growth in a sustainable way.

The first series of conferences/ workshops initiated by this project took place at a mixture of national and international levels:

- as conferências nacionais foram realizadas juntamente com parceiros locais, no segundo trimestre de 2005, quando especialistas do governo, setor privado e sociedade civil discutiram experiências práticas nas ENDS;
- os resultados das seis conferências nacionais foram reunidos em uma conferência internacional realizada nos dias 4 e 5 de setembro na sede da GTZ, em Berlim. Participaram do evento quatro especialistas de cada um dos seis países;
- durante o Congresso Anual do Conselho Alemão para o Desenvolvimento, realizado no dia 6 de setembro de 2005, os resultados do diálogo foram apresentados e debatidos.

A intenção, no diálogo, não foi a de dar um caráter oficial às negociações, no sentido de se fazer uma declaração conjunta ou propostas similares.

O presente documento é dirigido aos especialistas e aqueles com poder de decisão nos países participantes, como estímulo a futuras discussões sobre estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável. Assim, os organizadores esperam contribuir para um debate global sobre desenvolvimento e sustentabilidade, identificando os pontos para intercâmbio posterior entre esses países.

- National conferences/workshops were held in cooperation with local partners in the second quarter of 2005, when experts from the government, economy and the civil society discussed practical experiences with their country's National Processes for Sustainable Development.
- The results of the six national conferences/workshops have been brought together in a two-day international conference held on September 4th and 5th, at GTZ-House Berlin. Four experts from each of the six countries participated.
- On the annual congress of the German Council for Sustainable Development, September 6th, 2005 the results of the dialogue have been presented and discussed.

The dialogue was not intended to trigger the level of official negotiations in the sense of a joint declaration or any other binding results.

The documentation on hand is supposed to be directed to experts and decision makers in the participating countries in order to stimulate further discussion on NSSD. Thus, the organisers hope to contribute to the global debate on sustainable development and to identify issues for further exchange between the countries in question.

BRICS+G: crescimento e sustentabilidade no Brasil



Organizada pela
Agência da GTZ
em Brasília, em
parceria com a
Secretaria de
Políticas para o
Desenvolvimento
Sustentável do
Ministério do Meio
Ambiente

Conferência nacional realizada no dia 21 de julho de 2005, em Brasília

O modelo nacional de desenvolvimento e a estratégia nacional de desenvolvimento sustentável

O Brasil está apenas começando a definir uma proposta nacional de desenvolvimento. Com o projeto “Brasil 3 Tempos”, o governo brasileiro deu início à institucionalização de um longo processo de gestão estratégica, destinado ao cumprimento de algumas metas nacionais. Segundo o Assessor Especial do Núcleo de Assuntos Estratégicos (NAE) da Presidência da República, Raul José de Abreu Sturari — apresentador do projeto aos participantes da conferência nacional —, o “Brasil 3 Tempos” fará a conexão com outras iniciativas de planejamento, em especial, com o Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 e a Agenda 21, de curto e médio prazos, respectivamente. O projeto deverá, também, criar perspectivas de longo prazo, com duração até 2022, ano do bicentenário da independência do Brasil.

Por ser muito recente e se encontrar nos estágios iniciais, o projeto ainda não estabeleceu essas conexões. Enquanto o Diretor de Economia e Meio Ambiente do MMA, Gerson Teixeira, definiu o projeto como um desafio ambicioso, seu co-painelista, Assessor do Programa Nacional da FASE/Amazônia e apresentador da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, Jean Pierre Leroy, lamentou nunca ter ouvido falar do projeto. Um outro painelista enfatizou que, até o momento, a consolidação do pensamento estratégico de boa parte da sociedade está documentado na Agenda 21 brasileira, com suas 21 diretrizes para a construção de um Brasil sustentável.

Estratégias de desenvolvimento sustentável e políticas para o setor de energia

Segundo José Carlos de Miranda Farias, da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o setor de energia já sente a falta de um plano estratégico de desenvolvimento nacional. O horizonte temporal do planejamento

energético se estende até 30 anos, considerando-se o ritmo lento dos estudos e procedimentos formais necessários à implantação de usinas. A aplicação dessas perspectivas de longo prazo poderia levar ao surgimento de novas variáveis, como a adoção de critérios socioambientais. O representante da EPE disse que o ideal seria esse planejamento ser concebido com base em um plano nacional de desenvolvimento. O Ministério de Minas e Energia (MME) está patrocinando, atualmente, uma série de programas que visam elevar o uso de fontes de energias alternativas, como biomassa, energia eólica e pequenas usinas hidrelétricas.

A exposição do painalista demonstrou que há certa dificuldade em se estabelecer um diálogo substancial entre aqueles que decidem as políticas ambientais e industriais brasileiras. O Prof. Célio Bermann, do Departamento de Estudos de Eletrotécnica e Energia do Programa de Pós-Graduação em Energia, da Universidade de São Paulo, criticou a política da EPE por esta se opor à sustentabilidade em vários aspectos básicos, sociais e ambientais. Ele chamou a atenção para a necessidade de se reorientar a discussão sobre energia, no Brasil; e, por fim, para a atual submissão à “ditadura da oferta”. Na visão do Professor, são feitos esforços para atender à demanda sem que se faça uma identificação prévia do seu perfil.

O painalista Luiz Pinguelli Rosa, Coordenador do Programa de Planejamento Energético COPPE da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Secretário Executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, salientou a necessidade de o país ter um plano de política energética que inclua todas as formas e fontes de energia. Ele criticou o fato de a EPE preocupar-se, basicamente, com o atendimento à demanda por eletricidade, embora não haja uma estratégia nacional para o petróleo e uma política para o gás natural. Com relação a formas alternativas de energia, o painalista elogiou o programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), um dos programas do MME voltados para o desenvolvimento sustentável.

José Carlos de Miranda Farias afirmou que a participação da sociedade estaria garantida em atividades futuras de planejamento. Os resultados de enormes esforços para o envolvimento de todos os segmentos da sociedade refletir-se-ão ao longo dos próximos anos, quando novos planos serão apresentados à população para debate.

Estratégias de desenvolvimento sustentável e políticas florestais

Quanto aos recursos naturais, Tasso Rezende de Azevedo, Diretor do Programa Nacional de Florestas, apresentou resultados, desafios e instrumentos do PNF. Sendo o primeiro desafio do governo manter a floresta de pé, ele se vê confrontado por grandes dificuldades. De um lado, quase a metade (48,5%) do território brasileiro é coberta por florestas; do outro, apenas 60% de todo o suprimento de madeira para a indústria provem de florestas plantadas. Some-se, ainda, um déficit no plantio de árvores desde 1998. Diante disso, o PNF tem procurado expandir a base florestal plantada — principalmente, pela recuperação de áreas degradadas — e ampliar a área florestal manejada e consorciada, além de proteger as áreas de alto valor para a conservação. Para atingir essas metas, o PNF procura fortalecer o setor florestal por meio de crédito, assessoramento especializado, mais informações e tecnologias mais avançadas, ao lado de incentivos. Com essa estrutura de apoio, espera-se que o setor florestal caminhe em direção à sustentabilidade.

Paulo Moutinho, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), mostrou-se satisfeito com o fato de o PNF assumir a tarefa de estabelecer critérios para o setor, carente de diretrizes, principalmente, na Amazônia. O programa tem respondido satisfatoriamente à ênfase dada à regulamentação, inspeção e incentivos, afirmou. Contudo, os planos do governo costumam esbarrar na questão da fiscalização — fato que Tasso de Azevedo descreveu como ausência de mecanismos de supervisão.

Paulo Moutinho acrescentou que a manutenção da floresta manejada é, ainda, relativamente dispendiosa, ao passo que a sua conversão em pastagens ou plantações de soja é mais lucrativa. É necessário, assim, que a comunidade nacional e internacional reconheçam a importância desse bem público para o equilíbrio climático, considerando-se a influência que a Amazônia exerce sobre o clima do globo. Por isso, as ações destinadas a sua manutenção devem ser remuneradas.

Estratégias de desenvolvimento sustentável e políticas de combate à desertificação

João Bosco Senra, Secretário para Recursos Hídricos, do MMA, apresentou a área coberta pelo Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN-Brasil), que abrange 11 estados, 1482 municípios, cerca de 32 milhões de pessoas e 16% do território nacional. O PAN-Brasil foi criado a partir da demanda de cerca de 800 organizações, componentes da Articulação do Semi-Árido (ASA). O grupo de trabalho interministerial que estruturou o programa evitou implementar ações isoladas das políticas existentes. O intuito, ao contrário, foi de aumentar o potencial das ações já planejadas. Dentro dos limites geográficos do PAN-Brasil, identificou-se as ações do PPA que poderiam levar a um processo de desertificação e as que poderiam combatê-la. Essa concepção corresponde à idéia de que os estados precisam desenvolver suas próprias estratégias contra a desertificação. O PAN-Brasil também definiu uma agenda de cooperação regional com vários países latino-americanos, voltada para o monitoramento, avaliação e estruturação de um sistema de informação para o combate à desertificação.

Roberto Malvezzi, membro da Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), ressaltou que o Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) terá um papel de importância capital na definição do uso da água, nos próximos 20 anos. Para Malvezzi, o Brasil nunca teve uma estratégia e uma cultura de economia de água e de um uso mais cuidadoso desse recurso. Se as instituições responsáveis pela implantação do PNRH terão força suficiente para confrontar o poder econômico e interesses de curto prazo já é uma outra questão.

O papel do setor privado e da sociedade civil frente à sustentabilidade

A Beraca/Brasmazon, uma empresa privada, cuja principal atividade é o tratamento da água, adquire matérias-primas na Amazônia para refiná-las em São Paulo e revendê-las à indústria de cosméticos. Esse novo campo de atividades foi desenvolvido por professores universitários, em uma incubadora. João Matos, gestor do Programa de Valorização da Biodiversidade, da Brasmazon, identificou dois aspectos concernentes à sustentabilidade nessa atividade comercial. O primeiro se refere à escala (produtiva): como manter as comunidades fixadas e bem capacitá-las para a produção? A empresa estabelece contato direto com as comunidades, preferindo que seus componentes permaneçam em seus locais de origem para garantir a extração de insumos de alta qualidade a partir de conhecimentos específicos.

O segundo item se refere à partilha dos benefícios gerados pelo conhecimento. Segundo João Matos, esse é um aspecto com que a empresa ainda está aprendendo a lidar. A Brasmazon faz a intermediação dos produtos com o mercado por não existir, ainda, nenhuma interação entre as comunidades extrativistas e os consumidores. Ela também facilita o contato entre os produtores e instituições de crédito, como forma de trazer recursos para aquelas comunidades e valorizar o conhecimento tradicional, a organização social, capacitação, plantio, coleta e replantio, agregação de valores, tecnologia, certificação dos produtos e qualidade de vida.

Em uma segunda apresentação, Raul do Vale, representante da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG) e do Instituto Socioambiental (ISA), definiu o papel das ONGs como sendo de duas frentes: (1) exercer controle social; fiscalizar, monitorar e cobrar ações práticas do Estado; e (2) encorajar e apoiar a elaboração de planos, programas e estratégias nacionais. Ele afirmou que as ONGs desejam participar do planejamento de longo prazo para o país — um processo que deve ser conduzido pelo Estado, “que será sempre considerado um árbitro nas grandes questões nacionais.”

Grace Dalla Pria, representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI), reiterou o pedido de Raul do Vale por um Estado mais forte, quando disse que o Estado não deve abdicar do seu papel de indutor do desenvolvimento. O planejamento, afirmou, é de responsabilidade do Estado, como prevê a Constituição Federal. Esse planejamento funciona como indicativo para o setor produtivo que, em contrapartida, contribui, de maneira concreta, para a implantação do desenvolvimento sustentável. As empresas de grande porte conseguem adaptar-se a certas normas; a maioria das empresas, porém, encontra dificuldades para adequar-se às normas devido ao grau de elaboração e de dificuldades de acesso às regras e às leis.

Debate e síntese

Durante o debate geral, foram mencionados outros aspectos. Paulo Moutinho chamou a atenção para uma questão conceitual, a de que uma legislação que impõe limites é tida, frequentemente, como um entrave ao desenvolvimento. Segundo ele, isso pode representar uma vantagem comparativa. A indústria se deu conta disso e tem procurado adaptar-se. O fato, contudo, de uma norma ser rigorosa não significa que ela seja eficiente.

Gilney Viana, Secretário de Políticas de Desenvolvimento Sustentável, disse que, nos últimos 10 a 15 anos, o Brasil tem buscado sair da estagnação. Por isso, ainda não existe, de fato, uma estratégia clara para o desenvolvimento sustentável. O atual governo, segundo ele, parece mais voltado para o desenvolvimento do que para a conservação. No entanto, é incontestável o progresso concreto obtido na área da sustentabilidade ambiental, como mostram as políticas públicas, legislação, regulamentação e monitoramento de questões essenciais ao país. Esse avanço ainda não inverteu o modelo de desenvolvimento, já ultrapassado, embora venha gerando, também, passivos ambientais. Ele insistiu na afirmativa de que certamente houve progresso.



BRICS+G: crescimento e sustentabilidade na Rússia

Organizada pela
Agência da GTZ
em Moscou, em
parceria com
o Ministério
do Comércio e
Desenvolvimento
Econômico e o
Ministério das
Relações Exteriores
da Rússia

Conferência nacional realizada no dia 29 de junho de 2005, em Moscou

O modelo nacional de desenvolvimento e a estratégia nacional de desenvolvimento sustentável

A Rússia não passou em branco no processo de implantação dos princípios e estratégias de desenvolvimento sustentável. Em abril de 1996, por meio do Decreto nº 440, o presidente russo, em cumprimento das resoluções da Rio 92, aprovou o Plano de Transição para o Desenvolvimento Sustentável na Rússia. Não obstante recomende a elaboração de uma ENDS e embora a versão preliminar do Plano de Transição permaneça não equacionada, o Decreto cumpriu seu papel, impulsionando instituições e agências públicas recém-criadas e ministérios à formulação de propostas “ministeriais” para o desenvolvimento sustentável (Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Trabalho e Previdência Social, Ministério da Economia etc.). Resultam, daí, estratégias relacionadas ao desenvolvimento sustentável, presentes em diferentes setores. Todavia, a coordenação entre elas é ainda precária. A elaboração e implemento das atividades respectivas são, antes, esporádicas em vez de sistemáticas. São necessários maiores esforços direcionados e uma melhor coordenação entre o governo central, as regiões do país, especialistas, ONGs e comunidades locais.

Nesse cenário, afirmou-se que a Federação Russa, frente a outros países, está ficando para trás na transformação de idéias já aprovadas sobre desenvolvimento sustentável em programas nacionais, regionais e locais específicos. Não existe uma ENDS formalmente estabelecida e nem um comitê nacional (comissão) para o desenvolvimento sustentável. Não existem, também, recursos orçamentários direcionados para esse fim e nem uma entidade nacional que possa coordenar esse trabalho, em todo o país. Além da coordenação e liderança precárias, a falta de uma estrutura legal (regulamentações) e políticas específicas para o desenvolvimento sustentável trazem, claramente, maiores dificuldades ao país na sua busca por uma menor dependência das exportações de recursos naturais. Os participantes da conferência citaram uma série de precondições ainda não estabelecidas para que haja, na Rússia, a transição para o desenvolvimento sustentável:

- a existência de bases legais, principalmente, o aperfeiçoamento da legislação atual por meio de leis específicas para o uso sustentável de recursos naturais e proteção do meio ambiente;
- punição pela violação dos princípios do desenvolvimento sustentável, a despeito da maior severidade de algumas leis ambientais;
- a ênfase à promoção das idéias e prática do desenvolvimento sustentável, que é insuficiente e carece de apoio, em nível nacional.

Em suas declarações, os altos representantes do Ministério das Relações Exteriores russo apresentaram vários avanços e exemplos positivos. Embora a criação de uma ENDS caminhe a passos lentos, no âmbito federal, algumas regiões desenvolveram seus próprios programas. Todos os especialistas concordaram que, atualmente, as forças que conduzem o país ao desenvolvimento sustentável estão localizadas nas diferentes regiões da Federação. Os líderes regionais (governadores, prefeitos, representantes dos parlamentos locais) tornaram-se a maior força e os maiores defensores da criação e implantação da futura ENDS. Por exemplo, as *oblasts* (regiões administrativas) de Tomsk, Orel, Yaroslavl, Kaliningrado, Novgorod e Vologda podem ser consideradas modelos de comprometimento para com os princípios do desenvolvimento sustentável.

Simultaneamente, ONGs russas e instituições independentes passaram a promover ativamente o conceito e a prática do desenvolvimento sustentável, embora o papel do terceiro setor, nesse contexto, não tenha definições claras e não atinja as esferas mais altas. As instituições científicas russas começaram a demonstrar interesse pelo assunto. Foram feitos grandes esforços para a criação de um sistema adequado de prognósticos para o país. A cooperação entre o governo e a iniciativa privada ainda necessita de incrementos.

A despeito de todas as condições desfavoráveis e da falta de esforços coordenados do governo, a idéia da necessidade de um desenvolvimento sustentável está contagiando a sociedade. Os participantes expressaram uma forte convicção de que o início do projeto BRICS+G e, igualmente, o apoio adequado da comunidade de doadores podem contribuir com o processo de transição. O momento atual está possibilitando uma oportunidade única e de grande valia para esse projeto.

Estratégias de desenvolvimento sustentável e políticas para recursos naturais

A opinião unânime nessa etapa da conferência foi de que a geração atual, na condição de usufrutuária dos recursos naturais, embora sem direito de herança sobre esses recursos, está privando seus filhos de utilizá-los futuramente. A preocupação com o estabelecimento e domínio de uma lógica e mecanismos de mercado não avaliados (principalmente quanto ao uso da terra), ao lado de uma legislação agrária falha e contraditória, foi o ponto central das discussões. Enfatizou-se que a falta de uma estratégia comum e aprovada, baseada nos princípios do desenvolvimento sustentável, é uma enorme desvantagem para o país. Além disso, com a tendência à diminuição do controle do Estado sobre o uso da terra, a sociedade enfrenta, hoje, uma problemática crescente quanto à preservação e o uso adequado do potencial dos recursos. A Rússia precisa de uma política agrária ecologicamente orientada.

No geral, a Rússia caracteriza-se, ainda, por sua inabilidade no uso racional da terra. Não obstante, alguns fatores positivos e histórias de sucesso foram relacionados à exploração do solo, nos níveis local e regional, em algumas partes do país. Como resultado, recomendou-se a concentração de esforços no âmbito subnacional.

Com relação ao uso das florestas, a opinião geral foi de que o atual Código Florestal possibilita algumas inovações, mas é incompleto e carece de uma política respectiva e clara. O desenvolvimento de uma nova política florestal, compatível com ou baseada nos princípios do desenvolvimento sustentável, dever ser considerado como meta essencial para os próximos anos.

Estratégias de desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento social

O desenvolvimento sustentável na área social foi reconhecido como um fator-chave para o desenvolvimento russo. A avaliação dos participantes sobre esse setor teve um caráter bastante crítico, especialmente, pelo fato de os objetivos das reformas sociais terem sido considerados muito vagos. Essas não estão sendo bem coordenadas com outras reformas, fazendo com que haja um jogo de regras ao invés do jogo pelas regras.

A atenção dos participantes voltou-se para um problema emergente, que trará graves efeitos ao desenvolvimento sustentável do país: a pressão demográfica e o orçamento federal. A questão da migração assume a dianteira entre outros desafios nessa área.

A responsabilidade social empresarial, na Rússia, é um elemento de caráter incipiente e carente de entendimento, tanto pelo governo quanto pelos empresários.



BRICS+G: crescimento e sustentabilidade na Índia



Conferência nacional realizada nos dias 8 e 9 de julho de 2005, em Nova Delhi

Organizada pela
Agência da GTZ
em Nova Delhi,
em parceria com
o Ministério do
Meio Ambiente e
Florestas da Índia

Tradições redescobertas

Os quase 16 por cento da humanidade residentes na Índia representam uma comunidade multifacetada, vivendo em contato com o que há de mais moderno e, ao mesmo tempo, com métodos tradicionais desde há muito mantidos inalterados. Nesse contexto, vê-se, de forma simultânea e paralela, inúmeras perspectivas na condução das atividades, formas de lidar com as situações que evidenciam a maneira tradicional de agir e o pensamento contemporâneo. Essa diversidade de idéias suscita possíveis soluções e opções para os desafios dos tempos atuais.

No geral, o estilo de vida tradicional da Índia apresenta-se em harmonia com a natureza e consoante com o desenvolvimento. Os riscos do modelo ocidental de desenvolvimento não conseguiram afetá-lo consideravelmente. As práticas e tradições hindus, desenvolvidas a partir da compreensão da natureza, estão sendo redescobertas, no contexto atual, como a força com que se poderia criar novas estratégias reformuladas e apropriadas ao desenvolvimento sustentável. Com isso, viu-se o surgimento de um interesse genuíno pelo meio ambiente, profundamente enraizado nas tradições e práticas culturais hindus. O desenvolvimento sustentável, em nível nacional, pode reduzir a pressão sobre os bens comuns (CPRs), em nível global, beneficiando todas as nações.

Sustentabilidade no setor de energia

A Índia possui uma capacidade instalada para gerar cerca de 120000 megawatts (MW) de energia elétrica. Apenas cerca de 60% da população tem acesso à eletricidade. O consumo per capita de energia é de 408 quilowatts/hora (kWh), muito baixo se comparado aos 2326 kWh da média mundial. No país, prevalecem os picos e a escassez de energia devido às condições inadequadas na geração, transmissão e distribuição,

bem como ao uso ineficiente desse recurso. A capacidade instalada projetada para 2012 foi estimada em 212000 MW. Para alcançar as metas estabelecidas, a Índia adotou uma iniciativa integrada que inclui o aumento da capacidade energética por meio da energia nuclear e de energias não convencionais.

O consumo de petróleo, no país, tem aumentado a taxas altíssimas e prevê-se que ele atinja o patamar de 175 milhões de toneladas métricas, em 2006-07, contra os 130 milhões atuais. O governo tem dado alta prioridade à redução de lacunas entre a produção de óleo cru e o consumo dos produtos derivados do petróleo. Isso inclui um uso judicioso desse recurso e sua substituição por outras matrizes, quando possível, além da restrição do seu uso ao estritamente necessário. As medidas tomadas correspondem a substituições intercombustíveis, feitas com a adoção do gás natural comprimido e gases liquefeitos de petróleo; à pesquisa e desenvolvimento de biocombustíveis e a ações pró-ambientais para uma melhor qualidade desses produtos.

Para 2005-06, a demanda total por carvão, na Índia, foi estimada em 436,46 milhões de toneladas contra as cerca de 412 milhões disponíveis. As iniciativas de desenvolvimento sustentável na indústria carvoeira incluem o desenvolvimento e o uso de tecnologias que garantam eficiência no manuseio do carvão, como, por exemplo, no processo de lavagem e gaseificação, além das medidas tomadas para diminuir os danos ambientais causados ao solo, ar e água durante a sua mineração e extração. As grandes reservas de carvão do país fornecem um recurso pronto e barato, dando garantia de fornecimento ao setor energético. Por isso, o carvão foi cotado como o principal combustível para a geração de energia, até 2012. Tem-se enfatizado a construção de instalações de grande porte à entrada das minas, com o intuito de evitar os altos custos com o transporte do produto indiano, que tem um alto teor de cinzas, e a sobrecarga da rede ferroviária, já bastante utilizada.

As questões concernentes à poluição e eliminação da enorme quantidade de cinzas residuais produzidas pelas usinas à base de carvão — que são a principal fonte geradora de energia do país — estão sendo tratadas por meio de estratégias para promover o desenvolvimento ecologicamente sustentável de energias. O governo está tomando as medidas necessárias para tornar obrigatório o uso de cinzas leves na construção de pontes, estradas e prédios públicos. Os incentivos fiscais suplementares para o mercado assumir a produção e venda dos produtos à base de cinzas leves também estão sendo levados em conta.

A hidroeletricidade dá maior garantia ao setor energético da Índia e é ideal para o atendimento à demanda dos picos de consumo. Até o momento, menos de $\frac{1}{4}$ do vasto potencial hidrelétrico de 150000 MW tem sido aproveitado. Comparado à alta porcentagem de uso do potencial hidrelétrico por países como a Noruega (58%), Canadá (41%) e Brasil (31%), o percentual de apenas 17%, na Índia, é extremamente baixo. Na verdade, houve uma redução gradativa na produção de energia hidrelétrica nos últimos 25 anos. Conseqüentemente, a geração de energia termelétrica, que deveria ser aplicada, em princípio, no atendimento à demanda básica de energia (carga de base) tem sido empregada, também, para suprir os picos de consumo.

A política de energias renováveis em prática

A Índia possui uma estrutura política para utilizar o potencial de energias renováveis, como a solar, eólica, a biomassa e a de pequenas hidrelétricas, independentemente de sua capacidade. As pesquisas sobre combustíveis alternativos que asseguram, de um lado, um desenvolvimento sustentável e, de outro, o fornecimento de energia tiveram início já nos anos 70. O Ministério de Fontes de Energia Não-Convencionais

apóia a implantação de programas de grande amplitude, que cobrem toda a diversidade de novas fontes de energia e as renováveis. A parcela de energias renováveis na demanda de 212000 MW, projetada para 2012, corresponde a 10700 MW.

A Índia está entre os primeiros países a descobrirem o vasto potencial da manipulação do átomo. Já em 1954, foi criado o Departamento de Energia Atômica. Embora a produção de energia nuclear corresponda, hoje, a apenas 2% da capacidade instalada do país, a Índia iniciou um amplo programa para a geração de 20000 MW de energia nuclear, até 2020.

Ao reconhecer que o uso eficiente de energia e sua conservação é a opção mais barata de atender à demanda crescente, o governo aprovou, em 2001, a Lei de Conservação de Energia (Energy Conservation Act), a partir da qual o Departamento de Eficiência Energética (BEE) foi estabelecido. A missão do BEE é desenvolver políticas e estratégias por meio da auto-regulamentação e dos princípios de mercado, objetivando, principalmente, a redução da demanda energética da economia indiana. Tal meta será alcançada pela participação de todos os grupos de interesse, resultando na adoção sustentável da eficiência energética em todos os setores.

A Lei de Energia Elétrica (Electricity Act), de 2003, garante uma estrutura capaz de acelerar e tornar mais eficiente o desenvolvimento do setor energético. Essa lei busca incentivar a competição, sob o controle de intervenções reguladoras. A política nacional para o setor de energia elétrica dá ênfase ao uso otimizado de recursos, como carvão, gás natural, material nuclear, hidroenergia e fontes de energias renováveis. O plano nacional para a energia elétrica — elaborado a partir dessa política — contempla questões ambientais e aspectos como reabilitação, reassentamento, tecnologias voltadas para a geração eficiente de energia e a escolha de combustíveis, com o objetivo de garantir o seu fornecimento à economia. O plano se baseia, também, em reflexões sobre o meio ambiente voltadas para o desenvolvimento otimizado do setor de energia elétrica.

É amplamente possível dissociar o crescimento econômico do aumento do uso de recursos e de energia e da degradação ambiental. O Japão é um exemplo clássico: em 1991, ele produziu duas vezes mais do que em 1973, utilizando a mesma quantidade de energia, com redução significativa de poluentes. De forma semelhante, é possível dissociar o crescimento industrial da produção de resíduos tóxicos; o desenvolvimento urbano de congestionamentos e poluição ambiental; o aumento da produção agrícola do desflorestamento e degradação do solo; e a extração de recursos da destruição do meio ambiente e deslocamento social.

Gestão de recursos do solo e de bacias hidrográficas

A importância do planejamento e gestão de recursos do solo tem origem nas pressões populacionais e demandas sociais, sem precedentes, por terra, água e recursos biológicos; e, ainda, pela crescente degradação de recursos e ameaças à estabilidade e à capacidade de recuperação de ecossistemas e do meio ambiente, como um todo.

O desafio é desenvolver e promover o uso sustentável e produtivo da terra, além de proteger recursos e ecossistemas em situação crítica, com o uso equilibrado dos recursos do solo, hídricos e outros, provendo, assim, as bases para negociações, processos decisórios participativos e resolução de conflitos entre os diversos grupos de interesse.

A gestão de recursos do solo, na Índia, apresenta um panorama bastante desfavorável. Há vários focos de conflitos e grupos envolvidos em disputas, em quase todos os estados do país, como reflexo dos efeitos devastadores do uso displicente e insensato desses recursos.

Na esfera local, as ONGs têm tido um papel importante nos processos de aperfeiçoamento da gestão do solo. Atualmente, o sistema indiano é um gerador de inovações consideráveis. Em todos os níveis, os grupos de interesse e outras entidades estão sendo incluídos nos projetos de desenvolvimento, desde o planejamento até a tomada de decisões, implantação e partilha dos benefícios. O conceito de parceira público-privada tem sido, igualmente, aplicado. A chave do sucesso e da sustentabilidade foi encontrada na legitimação de poderes à população — principalmente às mulheres —, pelo estabelecimento de ajustes institucionais apropriados, que levaram à criação de formas alternativas de subsistência no meio rural. Essas estratégias precisam ser incorporadas, de maneira abrangente, para que haja êxito na sua implantação.

A gestão de bacias hidrográficas tem um papel de importância vital no combate ao uso indevido de recursos, por garantir a conservação dinâmica, desenvolvimento sustentável e acesso equitativo aos benefícios obtidos nas intervenções. Felizmente, a reabilitação ecológica e econômica das áreas exploradas ao longo do curso das águas é de caráter complementar. Além disso, as melhores tecnologias de recuperação dessas áreas estão sendo bastante empregadas. Todavia, não se deve encarar o desenvolvimento nas bacias hidrográficas como a cura para todos os males. Há lacunas na integração setorial que precisam ser preenchidas para a recuperação de áreas improdutivas, valendo-se, aí, das estratégias aplicadas nas bacias hidrográficas.

Gestão de recursos naturais direcionada ao mercado

A questão florestal, na Índia, está sendo abordada da mesma maneira; ou seja, por meio da gestão conjunta das florestas e de outras ações direcionadas às populações concernentes. A gestão de recursos de florestas não utilizadas para exploração madeireira foi identificada como geradora de um grande potencial para os habitantes das florestas e outros grupos de interesse. Também estão sendo tomadas as medidas necessárias para sua conservação, uso e processamento, inclusive, a agregação de valores e a gestão pós-colheita. O desenvolvimento do turismo florestal e o ecoturismo têm sido considerados fatores essenciais para a conservação da fauna e flora. A iniciativa governamental denominada Força-tarefa para Conservação dos Tigres aborda questões como a proteção da vida selvagem e ações para a solução de conflitos entre o homem e os animais habitantes das florestas.

Muito das gestões equivocadas e do uso ineficiente de recursos naturais e do meio ambiente pode ser creditado a mercados com falhas estruturais, distorcidos ou totalmente ausentes. É necessário promover o desenvolvimento desses mercados para proteger os já existentes das falhas ocasionadas por imperfeições na dinâmica mercadológica, falta de competitividade e incentivos mal definidos.



BRICS+G: crescimento e sustentabilidade na China



Conferência nacional realizada no dia 9 de julho de 2005, em Pequim

O modelo nacional de desenvolvimento e a estratégia nacional de desenvolvimento sustentável

Han Wenxiu, Diretor Geral do Grupo de Liderança para Assuntos Econômicos e Financeiros, do Conselho Nacional para Reforma e Desenvolvimento, destacou, em sua apresentação, a ligação entre o desenvolvimento sustentável e os conceitos de desenvolvimento científico e sociedade harmônica, atualmente promovidos pelo governo chinês. Segundo Wenxiu, o desenvolvimento sustentável é um pré-requisito para ambos. O conceito de desenvolvimento científico diz respeito ao desenvolvimento de caráter holístico; ou seja, se o desenvolvimento econômico se dá mais rapidamente que o social, esse desequilíbrio precisa ser trabalhado. O mesmo vale para as diferenças no crescimento de regiões diversas (disparidades regionais), ou no caso de ameaça ao equilíbrio das relações entre o homem e a natureza. A sociedade harmônica, como defende o governo chinês, pode ser caracterizada pela democracia e pelo Estado de Direito, equidade e justiça, integridade e fraternidade, proteção e segurança e o equilíbrio entre o homem e a natureza. Conseqüentemente, o desenvolvimento sustentável pode ser interpretado tanto como um resultado quanto como um pré-requisito para os conceitos chineses de desenvolvimento científico e sociedade harmônica.

Em seu discurso, o Dr. Guo Risheng, Vice-Diretor do Centro Administrativo para a Agenda 21 da China (CAAC 21), enfatizou a necessidade de implementação adequada do desenvolvimento sustentável, em nível local. Com base nessa proposta, o CAAC 21 tem trabalhado na elaboração de ENDS. Na década passada, o CAAC 21 dedicou-se à promoção do desenvolvimento sustentável, em todos os níveis, criando, para isso, várias parcerias internacionais.

Organizada pela Agência da GTZ em Pequim, em parceria com o Centro Administrativo para a Agenda 21 da China (CAAC 21)

“Quando o crescimento econômico se dá mais rapidamente do que o crescimento social, esse desequilíbrio deve ser trabalhado.” Han Wenxiu

Estratégias de desenvolvimento sustentável e políticas para o setor de energia

O painel nº 1 deu enfoque às políticas para o setor de energia e recursos não renováveis e sua relação com as estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável. Os painelistas concordaram que a atual matriz energética chinesa, baseada em 70% no carvão, não é sustentável. Os altos níveis de emissão de CO₂, da China, contribuem para a poluição do ar e o efeito estufa global. Além disso, as emissões de SO₂ das usinas termoeletricas a carvão causam sérios danos, em nível local e provincial. No entanto, os participantes ressaltaram que, na presente trajetória para a industrialização, a China simplesmente precisa produzir energia em grandes quantidades e que essa tendência não sofrerá alterações nos próximos anos. Atualmente, o consumo per capita de energia está, ainda, muito aquém do dos países industrializados. Duas possibilidades de a China superar esse dilema são a maior eficiência no uso de energia e investimentos sistemáticos em novas tecnologias, principalmente, na área de energias renováveis.

“O carvão é o nosso maior problema. O atual sistema chinês de fornecimento de energia não é sustentável.” Yu Jie

No geral, foi observado que, se o governo acertou ao integrar o desenvolvimento sustentável às políticas setoriais, as ações e práticas diárias avançam em sentido contrário às estratégias de maior abrangência. Por isso, a interação da ENDS com as políticas praticadas precisa, de fato, ser mais consistente (carvão, usinas termoeletricas, recursos hídricos e planejamento da infra-estrutura). Em diversos casos, no nível provincial e local, o desenvolvimento sustentável tem sido sabotado por interesses opostos.

Estratégias de desenvolvimento sustentável, políticas ambientais e proteção do meio ambiente

No painel nº 2, analisou-se a atual situação das políticas ambientais, no âmbito da estratégia nacional de desenvolvimento sustentável. Os participantes declararam que a população chinesa é bastante consciente dos problemas ambientais. O movimento para a proteção do meio ambiente ultrapassou seu estágio inicial e os planos quinquenais do governo estão se tornando cada vez mais “verdes”. Segundo um estudo recente do Banco Mundial, a China foi capaz de alcançar alguns resultados encorajadores: (1) a redução ampla e absoluta da emissão de poluentes, no ar e na água, na segunda metade da década de 90; (2) a reversão do processo de desflorestamento; e (3) a reversão do processo de salinização secundária de áreas irrigadas. Essas conquistas são uma indicação clara de que é necessário um alto comprometimento político para se obter um progresso real na gestão do meio ambiente.

Não obstante, o mesmo estudo alerta sobre a probabilidade de a questão ambiental, na China, vir a ser mais complexa. Assim, o governo terá que reorientar seus métodos de gestão, dando menor ênfase ao “combate a incêndios” e concentrando esforços na prevenção de problemas ambientais.

Os painelistas criticaram a postura de representantes locais do governo que, muito frequentemente, tomam decisões isoladas, em favor do crescimento econômico, negligenciando aspectos ecológicos. No debate seguinte, o Prof. Zheng Yisheng responsabilizou a política equivocada de incentivos fiscais por esse fenômeno. Esses incentivos estão exclusivamente relacionados ao crescimento quantitativo e à distribuição ineficiente dos recursos públicos. Os participantes da conferência sugeriram que o desempenho dos líderes políticos não seja medido apenas pelos indicadores econômicos; mas, também, por indicadores qualitativos. A introdução do chamado “PIB verde” pode ser o caminho para uma proposta mais equilibrada de desenvolvimento. Outra alternativa seria um amplo debate sobre o que realmente é qualidade de vida.

Estratégias de desenvolvimento sustentável e dimensões sociais

Os participantes do painel nº 3 ressaltaram as conquistas alcançadas pela China na área social: controle bem-sucedido do crescimento demográfico, desaceleração do empobrecimento e ensino básico para todos. Contudo, os desafios atuais, como disparidades regionais entre o leste e o oeste do país, desemprego e má distribuição de recursos e de autonomia política, continuam a ser enormes. Concordou-se que somente por meio de uma proposta de desenvolvimento mais equilibrada e um intenso diálogo entre o governo, a iniciativa privada e a sociedade, em geral, será possível assegurar a formulação de políticas mais equitativas e transparentes.

“A responsabilidade social empresarial, na China, ainda está muito limitada às multinacionais estrangeiras e empresas públicas.” Chen Kun

Os painelistas identificaram maior transparência e participação, principalmente da mídia chinesa, como fatores essenciais a um diálogo multilateral entre os grupos de interesse, que possa, com sucesso, combater os problemas sociais relacionados ao desenvolvimento sustentável. Vários participantes reivindicaram, também, que as empresas chinesas assumam um papel mais ativo na adoção das diretrizes da CSR e no implemento e supervisão de padrões sociais, em nível nacional.



**BRICS+G:
crescimento e sustentabilidade na
África do Sul**



Organizada pela
Agência da GTZ
em Pretória, em
parceria com o
Departamento
de Assuntos
Ambientais e
Turismo (DEAT) da
África do Sul

Conferência nacional realizada no dia 4 de agosto de 2005, em Pretória

O modelo nacional de desenvolvimento e a estratégia nacional de desenvolvimento sustentável

A África do Sul já alcançou um progresso significativo na elaboração e formulação de sua ENDS e está prestes a definir as bases para a formação de um consenso nacional em torno das prioridades do desenvolvimento sustentável. O produto final da ENDS será utilizado pelo governo e por grupos de interesse para ampliar a capacidade de planejamento de longo prazo da África do Sul.

A proposta adaptada da ENDS reconhece que o desenvolvimento sustentável deve ser parte integrante do programa Visão 2014 e da trajetória do crescimento econômico do país. Os panoramas de desenvolvimento devem ser capazes de acompanhar as tendências de longo prazo e atender à necessidade de equilíbrio entre parâmetros sociais, econômicos e ambientais, além de considerar, de maneira direta e em qualquer tempo, as contrapartidas que estão sendo propostas.

O Departamento de Assuntos Ambientais e Turismo (DEAT) entendeu, também, que a ENDS deve ser desenvolvida, conforme citado na Retrospectiva dos Dez Anos (Presidência, out/2004), como uma estrutura abrangente, capaz de fornecer as bases para a implantação da coordenação política e da gestão das atividades. Ela não deve ser vista como uma super política, mas como uma estrutura que se ergue a partir dos programas e estratégias existentes; que dilata o horizonte temporal de planejamento para além de 10, até 20 anos; e que engloba as sinergias e tensões presentes na combinação das prioridades sociais, econômicas e ambientais.

Tendências ambientais de longo prazo e estratégias de desenvolvimento sustentável

A conferência foi planejada para coletar informações específicas e significativas dos grupos de interesse essenciais e de especialistas em determinados setores ambientais, influentes no desenvolvimento sustentável da África do Sul. O setor ambiental foi comparado a uma lupa, que traz para mais perto de si e reúne, num plano comum, as questões referentes à sociedade, economia e ecologia. As mudanças climáticas são um bom indicador dos impactos causados pelo desenvolvimento e do seu grau de sustentabilidade. Considerando as tendências ambientais emergentes, é possível traçar uma perspectiva de como se dará esse processo. Esse panorama pode ser definido pela análise das tendências e projeções para o meio ambiente, seus possíveis impactos e, também importante, por suas implicações para o crescimento econômico e o desenvolvimento social.

Cada participante da conferência teve a oportunidade de compor um dos três grupos de trabalho, cada qual enfocando um setor ambiental, em particular. Foi solicitado aos grupos considerar as apresentações anteriores e responder a quatro perguntas, conforme os respectivos setores. São elas:

- a) Quais são as tendências de vital importância e as projeções, em 20 anos, para a área selecionada?
- b) Quais são as implicações de valor essencial dessas tendências e projeções (desafios, oportunidades e riscos) para o desenvolvimento social e o crescimento econômico?
- c) Quais os desafios impostos por essas implicações para a agenda científica e tecnológica?
- d) Que conclusões, de caráter essencial, obtidas no seu grupo de trabalho devem ser incluídas na ENDS?

Cada grupo apresentou os resultados de suas deliberações e dos trabalhos sobre mudanças climáticas, lixo e recursos hídricos.

As discussões finais, em plenário, mostraram que, embora cada grupo de trabalho tenha focado questões específicas de seus setores, uma série de temas comuns veio à tona.

ENDS — uma ferramenta para integração e coordenação de diferentes políticas setoriais

Os pontos principais podem ser resumidos conforme abaixo:

1. Embora se estabeleça a ENDS com o objetivo de integrar as políticas existentes e viabilizar uma estratégia de longo prazo equilibrada, consistente e coerente, os participantes declararam que, em determinados setores, o implemento dessa política ainda é problemático. Particularmente, em relação a uma perspectiva abrangente e de longo prazo, faltam coerência e integração das diferentes políticas setoriais. Todavia, a ENDS foi considerada o mecanismo mais adequado de integração de políticas setoriais e de incremento da coordenação interdepartamental.
2. A África do Sul ainda encontra dificuldades para transformar-se; principalmente, no atendimento às necessidades da população menos favorecida, na viabilização de serviços e da segurança. A base do modelo sul-africano consiste em uma estratégia de crescimento acelerado, que permitirá investimentos públicos e redistribuição de benefícios.
3. De forma semelhante, há pesquisas úteis e importantes sendo realizadas em apoio ao desenvolvi-

mento sustentável na África do Sul. Essas pesquisas, porém, estão sendo conduzidas ad hoc, ao invés de serem integradas. Foi sugerido que a Estratégia Nacional para Pesquisa e Desenvolvimento contribua, de forma relevante, para a consolidação de uma política adequada de pesquisa. A capacitação em ciência e tecnologias sofisticadas também deverá ser encarada como uma vantagem, em termos de desenvolvimento e introdução de tecnologias novas e sustentáveis, não só para o país, mas também para o continente africano e além dele.

4. A idéia ou necessidade de se considerar a sustentabilidade como um elemento de perspectivas políticas, econômicas e sociais de longo prazo e como um elemento do cotidiano das pessoas ainda não é amplamente aceita pela sociedade sul-africana; ou mesmo dentro do governo e outros grupos de interesse. A marcha para o crescimento, na África do Sul, requer um novo paradigma de desenvolvimento, não só para todos os cidadãos; mas, também, para o governo e instituições. A mudança de paradigma requer se reconheça a necessidade de a sustentabilidade tornar-se parte integrante do planejamento estratégico — política, econômica e socialmente.
5. Como a África do Sul é um país em vias de desenvolvimento, é importante que se faça um investimento adequado em infra-estrutura. É necessário um maior número de tecnologias novas e sustentáveis. Além disso, os novos pólos desenvolvimentistas e o planejamento de uma melhor infra-estrutura precisam levar em conta a sustentabilidade como um dos fatores mais importantes para a tomada de decisões. Isso se aplica, também, aos investimentos privados, como campos de golfe, centros de compras ou o desenvolvimento de complexos industriais.
6. É importante garantir que todos os grupos de interesse assumam responsabilidades e prestem contas de suas ações. Nesse processo, será importante, também, buscar a oportunidade adequada para a adoção de mecanismos ou regulamentações que visem a prestação de contas.
7. A África do Sul enfrenta um problema de consumo exagerado de recursos por certos segmentos da sociedade. A fim de promover o desenvolvimento sustentável, é importante aplicar os princípios do “consumiu, pagou” e do “poluiu, pagou”.
8. Considera-se que o implemento bem-sucedido da ENDS, com suas funções no planejamento estratégico e político de longo prazo, esteja integrado à estrutura de planejamentos espaciais, como a Perspectiva Nacional para o Desenvolvimento Espacial (NSDP), as Estratégias para o Crescimento e Desenvolvimento Provincial (PGDS) e os Planos de Desenvolvimento Integrado (IDP).

BRICS+G: crescimento e sustentabilidade na Alemanha



Conferência nacional realizada no dia 9 de junho de 2005, em Berlim

Organizada
pelo Conselho
Alemão para o
Desenvolvimento
Sustentável (RNE)

Importância, questões e organização da estratégia nacional de sustentabilidade

A estratégia nacional de sustentabilidade foi proposta em abril de 2002, sob os auspícios da Chancelaria Federal. Ela é a estratégia de sustentabilidade do governo, com sugestões de vários grupos de interesse. Berthold Goeke, da Chancelaria Federal, a considera um laboratório de políticas para gerar equidade. Na estrutura federalista da Alemanha, a ENDS tem estreita relação com as medidas tomadas em nível estadual e local. Assim, a estratégia federal não substitui essas ações; antes, as estimula. A estratégia de sustentabilidade está voltada para problemas concretos e a identificação de soluções para cada um desses problemas. Em seu cerne, encontram-se novas perspectivas para viabilizar igualdade, qualidade de vida, coesão social e responsabilidade global. Ela oferece uma série de pontos de contato para os atores das áreas comercial, industrial e da sociedade civil. Goeke se refere a iniciativas-chave do governo alemão, lançadas pela estratégia de sustentabilidade. Ele acrescenta, ainda, que as metas de longo prazo possibilitam, ao governo, produzir novos efeitos sobre o mercado.

“A ação do governo na estratégia de sustentabilidade é coordenada e dirigida pela Chancelaria Federal. Dessa maneira, tem-se a garantia de transversalidade, em nível departamental, para as metas e ações significativas nas áreas de meio ambiente, economia e sociedade.” Bertold Goeke

A ação do governo na estratégia de sustentabilidade é coordenada e dirigida pela Chancelaria Federal. Isso evidencia o seu grau de importância, haja visto ser considerada uma questão da mais alta prioridade para o Chanceler. Dessa maneira, tem-se a garantia de transversalidade, em nível departamental, para as metas e ações significativas nas áreas de meio ambiente, economia e sociedade.

Segundo Goeke, estabelecer o Conselho Alemão para o Desenvolvimento Sustentável como uma entidade representativa dos grupos de interesse foi uma decisão acertada. Parte das consultas essenciais e do processo de participação é abordada nos encontros anuais do Conselho, que facultam, aos grupos sociais, a presença em foros de troca de experiências e discussões em torno de posicionamentos individuais. Esses encontros se tornaram um compromisso “obrigatório” para o Chanceler da Alemanha.

Astrid Klug, membro do Parlamento Federal e Presidente do Conselho de Assessoria Parlamentar para o Desenvolvimento Sustentável, afirma que o Parlamento apressou sua participação ativa nos debates sobre sustentabilidade. Já o Conselho de Assessoria fará o acompanhamento da estratégia nacional de desenvolvimento sustentável em sua elaboração (atualmente em curso) e implantação e na adoção das medidas concernentes. Esse define seus próprios focos de interesse. Em comunicado detalhado, o Conselho registra que, embora o governo e a oposição discutam reformas quanto a estratégia e comunicação no processo, a fim de tornar a sociedade futuramente viável, vê-se muito raramente nos debates de hoje

a bandeira hasteada do desenvolvimento sustentável. Com isso, perdem-se muitas oportunidades. Acima de tudo, o objetivo deve ser incorporar, aos procedimentos e processos efetivados, o comprometimento parlamentar com os requisitos para a sustentabilidade.

“O crescimento continua a ser visto como um mero indicador quantitativo do PIB, que já está desatualizado. Como resultado, ele permanece sem qualquer direcionamento ambiental ou social específico.” **Dra. Angelika Zahrt**

A representante do Conselho Alemão para o Desenvolvimento Sustentável (RNE), Angelika Zahrt, en-

fatizou que a extensão e urgência dos problemas nacionais e globais contemporâneos demandam uma política nova. Ela destaca, principalmente, a energia e o clima, mobilidade e exploração exacerbada de recursos naturais, poluentes ambientais, alterações demográficas e infra-estrutura. A estratégia de sustentabilidade tem um papel decisivo sobre esses aspectos. Um passo positivo foi a criação do Gabinete Verde (Secretaria de Estado composta dos ministérios envolvidos na elaboração da estratégia: Ministério Federal da Fazenda; do Meio Ambiente; da Agricultura, Alimentação e Defesa do Consumidor; dos Transportes e Infra-estrutura; do Trabalho e Economia; da Saúde e Previdência Social; da Cooperação Econômica para o Desenvolvimento; da Ciência e Educação; da Defesa), controlado pela Chancelaria Federal. Esse é um novo instrumento de integração política. A estratégia de sustentabilidade fornece metas e indicadores claramente definidos e insere questões novas na agenda, como o desenvolvimento urbano.

As críticas são, acima de tudo, necessárias, já que o conjunto de possibilidades de ação ainda não foi totalmente explorado. A intervenção do governo é um exemplo disso: mais poderia ter sido feito para o aumento da produtividade e eficiência no uso de energia. A estratégia continua a ver o crescimento como um mero indicador quantitativo do PIB, que já está desatualizado. Como resultado, ele permanece sem qualquer direcionamento ambiental ou social específico.

A política de sustentabilidade na economia e sociedade

Segundo Maximilian Gege, da Associação Alemã de Gestão Ambiental (BAUM), o potencial para o implemento da sustentabilidade, nas empresas, ainda não foi totalmente explorado. A dinâmica do crescimento deve ser direcionada, mais especificamente, pela sustentabilidade — por exemplo, a partir de jornadas de trabalho, de maior cunho social; novas tecnologias; produtividade dos recursos e consumo sustentável. Até agora, não se conseguiu dar início a uma dinâmica de crescimento orientada pelas metas estabelecidas para o desenvolvimento sustentável. Isso, porém, acontecerá no futuro. Os relatórios do setor privado so-

bre sustentabilidade devem ser elaborados com maior rapidez.

Gege considera altamente problemático o papel dos mercados financeiros. A demanda por ganhos cada vez mais altos na área de investimentos está, segundo ele, levando as empresas a se instalarem em países, cujas economias baseiam-se em salários mais baixos. Isso enfraquece o governo em sua capacidade de ação.

Stefan Becker, da empresa alemã de eletricidade, EON, destaca vários exemplos práticos na economia, que demonstram que a idéia de sustentabilidade está sendo aceita e implementada, tanto no que diz respeito à inovação quanto à política de produtos e CSR. Na opinião dele, isso é uma indicação do compromisso empresarial para com o *Eco-senso*, o Fórum sobre Desenvolvimento Sustentável do Setor Privado alemão. Martin Jänicke, Professor do Centro de Pesquisa de Políticas Ambientais, da Universidade de Berlim e membro do Conselho Alemão de Assessoria para o Meio Ambiente, enfatiza a necessidade de um consenso acima e além dos partidos, na Alemanha, sobre as políticas de sustentabilidade e do clima. Uma comparação, em nível internacional, mostra que a política de sustentabilidade está tendo sucesso nas áreas em que se tem acreditado no potencial das inovações técnicas. As empresas estão reconhecendo, cada vez mais, a lucratividade da “desmaterialização”; ou seja, a dissociação do consumo da economia.

A estratégia de sustentabilidade alemã oferece meios suficientes de intercâmbio com os pioneiros de ações sustentáveis na sociedade e novas propostas de ação?

Gerhard Timm, Diretor Administrativo da BUND — Amigos da Terra Alemanha, relata que as organizações governamentais são, em princípio, muito receptivas à estratégia de sustentabilidade de 2002. A despeito da perspectiva de longo prazo dos objetivos, as medidas concretas da estratégia vão pouco além das ações já tomadas pelo governo. Questões como a renovação limitada e a diminuição do consumo mundial de recursos — que as organizações ambientais acreditam ser necessárias —, além de uma mudança no comportamento consumista do mundo ocidental estão sendo negligenciadas.

De acordo com Sabine Hofmeister, Professora da Universidade de Lüneburg e representante da Gender Network, as perspectivas no campo do gênero podem fortalecer as estratégias integrativas da política de sustentabilidade. Esses instrumentos, porém, não estão sendo explorados totalmente. O progresso rumo à sustentabilidade não pode ser medido por metas abstratas de crescimento, diz ela, mas pelo grau em que as demandas sociais são atendidas e em que as devidas precauções são tomadas. Ela destacou, também, opções para as gerações futuras, como a “era de prosperidade” para homens e mulheres, a proximidade espacial e social, a diversidade cultural, produtos específicos conforme a necessidade, além do desenvolvimento de tecnologias e modelos (*design*), opções estas em que as implicações ambientais são levadas em conta.

“Até agora, não se conseguiu dar início a uma dinâmica de crescimento orientada pelas metas estabelecidas para o desenvolvimento sustentável. Isso, porém, acontecerá no futuro.”
Prof. Maximilian Gege

Christiane Averbeck, representante da Comissão de Planejamento Educacional e Promoção da Pesquisa, acena para um programa denominado Transferência 21 (Transfer 21), ao citar os impulsos gerados pela sustentabilidade na política educacional. A meta do programa é integrar métodos e materiais de ensino sobre a sustentabilidade a 10% das escolas de todo o país. As experiências mostram que é importante agregar atividades práticas, permitir a participação e a organização auto-dirigida do aprendizado, bem como a

abertura da escola à cooperação com parceiros fora da instituição. Na visão de Averbeck, embora a estratégia de sustentabilidade e o relatório de 2004 tenham dado sua contribuição, eles têm pouco a oferecer em termos de orientação para o conteúdo da política educacional.

Qual é a importância da estratégia nacional de sustentabilidade para os estados e autoridades locais? Ela atua positivamente sobre a Agenda 21 ou permanece ineficiente?

O Ponto de Transferência da Agenda 21, representado por Albrecht Hoffmann e autoridades da Agência de Serviços Comunidades em um Mundo (Servicestelle Kommunen in der Einen Welt) foram incumbidos de garantir a troca de experiências, em todo o país, e assegurar que as atividades locais estejam conectadas entre si. Além disso, alguns estados têm suas próprias agências para executar essas mesmas tarefas.

Segundo Hoffmann, 2500 das 12000 autoridades locais da Alemanha concordaram formalmente em torno da Agenda 21, tornando-se participantes ativos com a iniciação de projetos e organização de mesas-redondas. Todavia, as ações não têm o mesmo impacto político do início. Conforme observou, a estratégia nacional de sustentabilidade é, ainda, amplamente desconhecida pelas autoridades locais. Ele acredita que isso se deva ao fato de a estratégia de sustentabilidade ter muito pouca integração com as atividades da Agenda 21 local. Ele também critica a falta de coordenação política nas ações do governo federal, no que tange ao implemento da estratégia, em nível local. Conseqüentemente, em muitos lugares, a estratégia de sustentabilidade permaneceu aquém de suas possibilidades e, para muitos ativistas locais, não pode ser usada para fins políticos.

Holger Tschense, membro do RNE, tem uma impressão positiva sobre o progresso da Agenda 21, na Alemanha. Já chega a 300 o número de autoridades municipais que estabeleceram planos de ação com resultados concretos. Um número significativo de prefeitos está assumindo um papel pioneiro em suas esferas de ação, como resultado da política de sustentabilidade local. Eles têm sido úteis na abordagem de desafios maiores, enfrentados por autoridades municipais, como as questões orçamentária, econômica, ambiental e demográfica.

Um número significativo de prefeitos está assumindo um papel pioneiro em suas esferas de ação, como resultado da política de sustentabilidade local. Eles têm sido úteis na abordagem de desafios maiores, enfrentados por autoridades municipais, como as questões orçamentária, econômica, ambiental e demográfica.

“As redes existentes e em funcionamento, da sociedade civil (Agenda 21 local), e as redes empresariais poderiam estar envolvidas, de maneira mais efetiva, na elaboração e no avanço para além da estratégia nacional de sustentabilidade; e, ainda, ser utilizadas em prol de objetivos comuns.”

Günter Lanz

Günter Lanz, representante do governo federal e do Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento Sustentável nos Estados, cita os esforços realizados pelos estados alemães na área de sustentabilidade. A estratégia nacional de sustentabilidade atinge as comunidades de especialistas, mas ainda não se estende ao público em geral. Nas políticas estaduais, essa conexão só é efetivada, de maneira não sistemática, quando é capaz de produzir uma maior aceitação das ações conduzidas pelos estados.

Conferência Internacional realizada nos dias 4 e 5 de setembro de 2005, em Berlim



Prof. Dr. Renat Aleksevich Perelet

Prof. Sergei Nikolaevich Bobilev

Dr. Ding Ningning



Rajiv Kher



Conferência Internacional realizada nos dias
4 e 5 de setembro de 2005, em Berlim



Blessing Manale
Harald Lossack
H.E. Gilney Amorim Viana
N. K. Singh

Roberto Smeraldi





Alexandre Prilepin
Prof. Dr. Marcel Bursztyn
Elena Evgenjevna Nikolaeva



Celina Borges Torrealba Carpi
Naseem Chohan
Tang Dingding



Prof. Sergei Nikolaevich Bobilev



Imagem de um grupo de trabalho

Conferência Internacional realizada nos dias 4 e 5 de setembro de 2005, em Berlim

H.E. Pan Yue



Dra. Angelika Zahrt



H.E. Gilney Amorim Viana



N. K. Singh
Sanjay Kumar Srivastava
Dra. Angelika Zahrnt
Roberto Smeraldi



Dr. Utz Tillmann
Dr. Rolf Sülzer



Blessing Manale



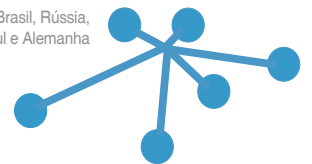
N. K. Singh
Akash Taneja
Rajiv Kher
H.E. Sudhir Mital



**Conferência Internacional realizada nos dias
4 e 5 de setembro de 2005, em Berlim**

BRICS⁺G

Crescimento e Sustentabilidade no Brasil, Rússia,
Índia, China, África do Sul e Alemanha



Delegações

B

H.E. Dr Gilney Amorim Viana
Sra. Celina Borges Torrealba Carpi
Prof. Dr. Marcel Bursztyn
Sr. Roberto Smeraldi

R

Dra. Elena Evgenjevna Nikolaeva
Prof. Sergei Nikolaevich Bobylev
Prof. Dr. Renat Aleksevich Perelet
Sra. Tatiana Y. Chetvernina
Sr. Alexandr Prilepin

I

H.E. Sudhir Mital
Sr. Sanjay Kumar Srivastava
Sr. N. K. Singh
Sr. Akash Taneja
Sr. Rajiv Kher

C

H.E. Pan Yue
Dr. Ding Ningning
Prof. Ye Jingzhong
Sra. Liao Xiaoyi

S

Sr. Blessing Manale
Sr. Naseem Chohan
Sr. Pancho Ndebele
Sr. Nelco Zenzele Hlatshwayo

G

Sr. Berthold Goeke
Dra. Angelika Zahrnt
Dr. Günther Bachmann
Dr. Utz Tillmann

Outros Participantes

Anfitriões

Dr. Günther Bachmann
Sra. Franziska Donner

Assessores para o Projeto BRICS+G

Dr. Albert Statz
Dr. Walter Tabat

Convidados

Sr. Klaus Brückner

Facilitador da Conferência

Sr. Dirk Jung

Moderadores dos Grupos de Trabalho

Sr. Peter Conze
Sr. Harald Lossack
Dr. Rolf Sülzer

Relatores

Sr. Jan-Peter Schemmel
Sr. Michael Stoyke

Equipe de Apoio

Sra. Dorothee Braun
Sr. Daniel Regenhardt
Sr. Philipp Steinheim

BRICS+G: crescimento e sustentabilidade no Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul e Alemanha



Organizada pela
Agência da GTZ em
Berlim, em parceria
com o Conselho
Alemão para o
Desenvolvimento
Sustentável (RNE)

Conferência Internacional realizada nos dias 4 e 5 de setembro de 2005, em Berlim

Discurso de boas-vindas:

Sra. Franziska Donner, Diretora da Agência Alemã de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento (GTZ), em Berlim

Dr. Günther Bachmann, Presidente do Conselho Alemão para o Desenvolvimento Sustentável (RNE)

Em suas palavras iniciais, Günther Bachmann e Franziska Donner deram as boas-vindas aos presentes e expressaram sua enorme satisfação em constatar o grande número de especialistas de alto nível participando da Conferência, em Berlim, na expectativa de compartilhar suas experiências e idéias sobre estratégias de sustentabilidade e crescimento econômico.

Dada a enorme população e o grande potencial de crescimento dos países BRICS, Franziska afirmou que a combinação do crescimento econômico com a sustentabilidade terá uma forte influência sobre o futuro do desenvolvimento, em todo o mundo. A Conferência deve incentivar essa união, criando uma atmosfera propícia à apresentação de questionamentos e de atenção às opiniões alheias.

Em nome do Conselho Alemão para o Desenvolvimento Sustentável (RNE), Günther Bachmann enfatizou que esse diálogo representa um segundo passo, indo além do processo europeu, iniciado com uma rede de conselhos para a troca de idéias e experiências. Ao invés do enfoque em resultados positivos da Alemanha, ele enfatizou que a participação de seu país nos debates da Conferência tem, como meta, aprender com a experiência dos outros países BRICS e discutir os temas em xeque, quais sejam: o que deve e o que pode ser feito para tornar a economia parte da solução, ao invés de encará-la como parte do problema.

Abrindo a primeira sessão, o moderador da Conferência, Dirk Jung, convidou as delegações a apresentarem um relato sobre a situação das estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável de seus países.

Sessão 1: Situação das estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável — apresentações dos países

Brasil: Sua Excelência o Sr. Gilney Amorim Viana, *Secretário de Estado para o Desenvolvimento Sustentável, Ministério do Meio ambiente*

Feita a apresentação de uma síntese das conquistas e desafios relacionados ao futuro do desenvolvimento, em seu país, o Secretário enfatizou que o Brasil, atualmente, conta apenas com elementos de uma estratégia nacional de desenvolvimento sustentável. Pela primeira vez incluiu-se a dimensão ambiental na elaboração e execução do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, perpassando todos os programas. Por outro lado, está em discussão o projeto “Brasil 3 Tempos” com metas nacionais para 2007, 2015 e 2022, recuperando a capacidade de planejamento do Estado a médio e longo prazos, incluindo metas sócioambientais. No setor florestal, o governo está desenvolvendo uma política mais firme de proteção da biodiversidade e das florestas, em uma proposta implantada passo a passo. De maneira a limitar e, por fim, interromper as atividades clandestinas e ilegais de derrubada de árvores, o Brasil está monitorando o desflorestamento, via satélite. Os resultados são atualizados diariamente e disponibilizados ao público, em geral, via *internet*.

Quanto à economia e sociedade, ele destacou ser necessário o crescimento econômico, no Brasil, para a geração de empregos. Todavia, o crescimento econômico, isoladamente, não irá resolver o problema da má distribuição de renda, como demonstrado anteriormente: a renda não foi mais bem distribuída apesar do crescimento anual de 7% do PIB. O Brasil apresenta uma das maiores disparidades do mundo no que se refere à distribuição de recursos. Um terço da sua população (53 milhões) vive abaixo da linha de pobreza, o equivalente a um ganho de 2 dólares por dia. Por isso, Viana expressou seu desejo de ver empresas internacionais atuando no Brasil, segundo os mesmos padrões mantidos em seus países (desenvolvidos) de origem. Para expandir o acesso à renda, junto aos menos favorecidos, o Brasil deu seu primeiro passo, com o início de um programa de transferência de renda. Além disso, é necessário promover a reforma agrária.

Rússia: Sra. Elena Evgenjevna Nikolaeva, *Vice-Diretora do Departamento de Relações Federais, Desenvolvimento Regional e Administração Local — Ministério do Desenvolvimento Regional*

Elena Nikolaeva ressaltou que a sustentabilidade é de extrema importância para a Rússia. Seu capital natural equivale a 85% do enorme volume dos bens disponíveis. O restante se divide em capital humano e capital produtivo (aquele gerado pelo homem), com quotas de 5% e 10%, respectivamente. Portanto, qualquer política governamental precisa considerar essa estrutura. Esse panorama tem levado a Rússia à participação ativa em todas as grandes conferências internacionais sobre desenvolvimento sustentável, dando também a sua contribuição. A ratificação do Protocolo de Quioto, em 2004, representa um marco importante nos esforços contínuos do país para prestigiar as questões referentes à sustentabilidade, em nível global.

No âmbito nacional, há um grande número de programas e iniciativas direcionados à implantação de políticas de sustentabilidade. Elas incluem o Plano de Transição para o Desenvolvimento Sustentável, o primeiro Plano Nacional de Ação Ambiental (NEAP), o Código de Proteção Ambiental e as Diretrizes Essenciais para o Desenvolvimento Socioeconômico. Estas últimas (as Diretrizes Essenciais) equivalem ao plano russo de desenvolvimento, a longo prazo. Essas políticas estão de acordo com as prioridades do desenvolvimento

sustentável nacional, que incluem a erradicação da pobreza, duplicação do PIB até 2010 e a redução da dependência econômica, do país, por recursos naturais.

Por seu tamanho, a Rússia necessita de estruturas especiais de coordenação, centralizadas no Ministério do Desenvolvimento Regional. As entidades administrativas a serem coordenadas incluem 24404 instituições municipais. As políticas regionais estão particularmente voltadas para zonas econômicas especiais, áreas de proteção ambiental e assentamento das populações nativas.

Índia: Sua Excelência o Sr. Sudhir Mital, Secretário-Adjunto do Ministério do Meio Ambiente e Florestas

Sudhir Mital afirmou que as propostas sustentáveis de desenvolvimento têm uma longa tradição na Índia, pois, são parte integrante da sua cultura. Como exemplo, ele citou o aforismo de Mahatma Gandhi: “A terra produz o suficiente para a satisfação do que cada um precisa, mas não produz o suficiente para a satisfação do que cada um ardentemente visa”. A proteção do meio ambiente está presente na Constituição e o desenvolvimento sustentável é um elemento essencial da estrutura legislativa e política do país. Sudhir destacou, também, que a Índia tornou-se um dos grandes pólos mundiais da sustentabilidade por seu tamanho, diversidade cultural, postura diante das mudanças climáticas e riqueza em biodiversidade.

O Secretário ressaltou, ainda, que a redução da pobreza é a meta principal do país. Pobreza e degradação ambiental andam de mãos dadas. A população menos favorecida é a mais afetada pela degeneração do ecossistema pelo fato de a pobreza tender a perpetuar esse efeito negativo. Assim, a redução da pobreza deve ser considerada um pré-requisito para a proteção do meio ambiente. Entre as questões ambientais mais prementes, estão a degradação da terra, o desflorestamento, a perda de biodiversidade e a poluição do ar, solo e água.

A Índia não possui uma estratégia nacional de desenvolvimento sustentável, embora questões relacionadas ao assunto venham sendo priorizadas, gradativamente, nos planos nacionais correspondentes. To-

dos esses programas e projetos estão sendo reorientados para promover a sustentabilidade, desde a incorporação da Agenda 21 no 8º Plano Nacional Quinquenal. Subseqüentemente, o 9º Plano Quinquenal classificou a proteção do meio ambiente como uma de suas metas principais. O atual 10º Plano (2002 — 2007) posiciona o indivíduo no centro de todos os esforços voltados para o desenvolvimento, considerando a sustentabilidade como pré-requisito para a

“Não termos tido uma ruptura como na Rússia está sendo um milagre, se considerarmos os desafios que a China tem a enfrentar no âmbito da sustentabilidade.” Dr. Ding Ningning

melhoria do bem-estar de toda a população.

Já que o Estado não é capaz de mobilizar todos os recursos necessários a esse cometimento, ele está buscando intensificar a cooperação com o setor privado. O resultado é o surgimento de parcerias público-privadas entre as iniciativas governamentais para o desenvolvimento.

China: Sua Excelência o Sr. Pan Yue, Vice-Ministro da Administração Federal para a Proteção do Meio Ambiente

“Sabemos que o desenvolvimento na China não é sustentável”, afirmou Pan Yue ao começar sua exposição. “Inicialmente, seguimos a experiência soviética e, depois, os modelos da UE e dos Estados Unidos. Esses modelos, de altos níveis de consumo e poluição, eram incapazes de viabilizar um desenvolvimento susten-

tável”. Por isso, entre os maiores desafios que a China enfrenta, hoje, está o fato de 300 milhões de pessoas não terem acesso à água potável. O país também enfrenta problemas como a produção de novos poluentes, a desertificação, poluição da água e níveis crescentes de emissão de CO₂. O Vice-Ministro concluiu que se a China mantiver esse modelo e não combater seus problemas ambientais, o crescimento se tornará inviável. Assim, ela precisará incorporar mudanças ao seu uso de energia. O crescimento econômico, contudo, é considerado como pré-requisito, já que a capacidade de solucionar problemas está frequentemente relacionada a ele.

Para enfrentar esses desafios, Pan acredita que os chineses podem aprender muito com a Alemanha. Na verdade, já o fizeram ao adotarem o modelo de economia circular. Na China, os princípios dessa economia serão, agora, introduzidos na legislação. As empresas que não forem capazes de seguir esses princípios poderão ter seu funcionamento interrompido pela Administração Governamental.

Aprendizados importantes também puderam ser incorporados a partir da própria herança cultural. Assim, o desenvolvimento sustentável na China vem sendo efetivado na proposta baseada em uma sociedade harmônica e no desenvolvimento científico.

Atualmente, a China trabalha, de maneira intensa, na implantação das zonas de economia circular e no incentivo à renovação de recursos. O governo integrou a proteção do meio ambiente no 11º Plano Quinquenal, inserindo o conceito do ‘PIB verde’, em dez províncias (espera-se poder apresentar os respectivos resultados em 2006). Pensa-se em utilizar esse conceito, também, no monitoramento e avaliação do desempenho de funcionários públicos. Em certas áreas, o monitoramento ambiental mostrou ser uma tarefa bastante difícil, requerendo que as províncias busquem apoio no governo central.

Por último, o representante chinês cobrou dos países desenvolvidos o cumprimento de suas promessas de apoio aos países em vias de desenvolvimento, rumo à sustentabilidade e ao crescimento: “Se eles dizem ser os líderes, precisam nos ajudar”.

“Conversa é apenas conversa. Precisamos pôr a conversa em prática.” H. E. Pan Yue

África do Sul: Sr. Blessing Manale, Diretor e Coordenador da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável, Departamento de Meio Ambiente e Turismo

A África do Sul ainda não implantou uma estratégia nacional de desenvolvimento sustentável, disse Blessing Manale. No entanto, o país tem abordado a questão da sustentabilidade por meio de inúmeros planos nacionais de desenvolvimento e políticas setoriais. A primeira e mais importante dessas iniciativas é o Programa de Reconstrução e Desenvolvimento (RDP), iniciado em 1994. Entre outras coisas, o programa enfoca o estabelecimento de uma estrutura para a governança eficiente e participativa que, em troca, permita ao governo e aos vários grupos de interesse abordar essa questão, a longo prazo e de forma coerente. Na tentativa de superar o legado do *apartheid*, o RDP enfoca também a construção da nação, mantendo a paz e a segurança, promovendo um processo de desenvolvimento voltado para o povo e para o atendimento das necessidades básicas da população. Esses esforços promovem as bases do processo de desenvolvimento sustentável a longo prazo.

Recentemente, o governo sul-africano aprovou a estrutura de uma estratégia nacional para o desenvolvimento sustentável. Isso confirmou que a sustentabilidade será parte integrante de todos os esforços futuros de desenvolvimento nacional. Construída sobre os planos de desenvolvimento já existentes, a futura estratégia sul-africana buscará estabelecer a estrutura das bases para um crescimento econômico coordenado, para a erradicação da pobreza e para a sustentabilidade ambiental, além de identificar as si-

nergias e as possíveis compensações entre esses três aspectos. Um outro objetivo será o fortalecimento da estrutura atual de planejamento estratégico, com uma definição clara dos prazos, identificação de tendências e cenários futuros que possam trazer resultados à área de desenvolvimento, além de prover diretrizes para a distribuição de recursos, participação dos grupos de interesse e coordenação dos vários planos de desenvolvimento existentes.

O expositor sul-africano apresentou um esboço da estratégia. Capítulos especiais serão direcionados à análise das tendências de longo prazo e seus impactos, aos riscos e oportunidades e às escolhas e negócios, em meio aos esforços políticos e de implementação. Outros capítulos serão dedicados à cobertura dos princípios, objetivos e compromissos; a um plano de ação e a uma estratégia de resposta para as Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDGs), bem como estruturas de monitoramento, avaliação, comunicação e participação. O capítulo final conterá uma 'Carta de Intenções' e uma 'Declaração do Desenvolvimento Sustentável'. As diretrizes para a CSR deverão fazer parte da estratégia. Elas prevêm o monitoramento da iniciativa privada, com respeito não só as suas contribuições para a economia, mas também aos impactos sociais e ambientais de suas atividades.

As 100 maiores empresas sul-africanas já se orientam pelas diretrizes da Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OECD), baseadas na CSR. Para manter as empresas nessa trajetória, estão sendo adotados dispositivos, em todo o país, para o cumprimento dessas ações, tais como a nova polícia ambiental denominada *green scorpions*, as Avaliações Estratégicas sobre Impactos Ambientais e o estabelecimento de relatórios padronizados. É bem-vinda a participação da sociedade civil na produção de relatórios sobre esses impactos sociais e econômicos.

À frente da coordenação da estratégia, encontra-se o Ministério do Meio Ambiente e Turismo. Por conseguinte, a implantação da estratégia será uma tarefa de todo o governo. De fato, o Ministério do Meio Ambiente e Turismo a nota como uma oportunidade de elevar o perfil ambientalista de todos os setores. Por último, Manale cobrou dos parceiros da África do Sul o apoio aos esforços de elaboração e implementação de uma estratégia de desenvolvimento nacional sustentável.

Alemanha: Dr. Günther Bachmann, Presidente do Conselho Alemão para o Desenvolvimento Sustentável (RNE)

Günther Bachmann ressaltou que a estratégia de desenvolvimento sustentável alemã enfoca não só o meio ambiente, mas também outras áreas. Uma questão relevante, no âmbito social, é o envelhecimento da sociedade. A população está diminuindo e sua faixa etária, aumentando. Isso causa novos impactos para a infra-estrutura, educação e economia.

O uso não sustentável de recursos econômicos na Alemanha, faz com que haja a necessidade de dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental. Como líder em questões concernentes ao desenvolvimento sustentável, a Alemanha deve assumir o compromisso de provar que isso é possível.

O mais importante nesse contexto é a questão energética, cuja urgência se ilustra pelos preços recordes do petróleo. Há algumas histórias encorajadoras de dissociações bem-sucedidas. Mas ainda há muito por ser feito. A Alemanha está expandindo, consideravelmente, seu potencial no setor de energias renováveis. No âmbito da estratégia para o desenvolvimento sustentável, ela desenvolveu um plano para o setor de combustíveis, que serve de orientação para tornar o uso da energia motriz mais sustentável, a partir da substituição de combustíveis. Mais ainda, conforme Bachmann explicou, existe um potencial para ganhos maiores de eficiência, de fácil implantação, até o patamar de 20%. Isso representa uma meta prática e atingível. Além disso, o RNE elaborou recomendações para o uso do carvão limpo, embora essas devam, ainda, ser implementadas.

Os trabalhos em torno da estratégia para o desenvolvimento sustentável na Alemanha tiveram início em 2001 e foram completados em 2002. Desde então, dois relatórios sobre o andamento do programa foram publicados. A condução dos trabalhos é dirigida pelo Chanceler titular do ‘Gabinete Verde’, principal órgão responsável pelo desenvolvimento da estratégia e coordenação do seu implemento. A estratégia utiliza 21 indicadores (referentes, entre outros, à energia renovável, fornecimento de alimentos orgânicos, uso do solo, educação e integração de migrantes). O RNE, apoiado pelos grupos de interesse, atua no processo como cão-de-guarda, conselheiro pró-ativo e comunicador. Ele é composto de 19 pessoas eminentes, oriundas dos grupos mais importantes.

Em relação à transferência de tecnologias limpas, muitas das iniciativas governamentais foram criadas para aperfeiçoar soluções para o desenvolvimento dessas mesmas tecnologias. Vários projetos da GTZ enfocam essa transferência. Em sua maioria, eles se caracterizam como projetos-piloto. Assim, essas ações compõem uma estratégia direcionada, principalmente, ao fomento de tecnologias inovadoras nos países parceiros.

Infelizmente, as políticas ambientais e de exportação ainda não caminham lado a lado. Quanto às objeções feitas, com frequência, à incorporação de padrões ambientais nas atividades do comércio, o Presidente do RNE disse que o processo de integração na UE é um bom exemplo. Nele, o Fundo de Coesão dos Países-Membros presta apoio à disseminação de padrões ambientais para a Europa. Nesse sentido, o objetivo do debate são os prazos estabelecidos para o cumprimento das exigências propostas, mas não os padrões em si. Ao final, Bachmann deu sua opinião, afirmando que um fator da maior importância para a implantação das estratégias de desenvolvimento sustentável é saber como fazer das iniciativas nacionais um complemento ao progresso lento dos acordos multilaterais.

“Não se pode administrar a sustentabilidade se não é possível mensurá-la.” Dr. Günther Bachmann

Sessão 2: Unindo estratégias de desenvolvimento sustentável a políticas setoriais

Energia

A sessão de atividades foi iniciada com cada país dando uma mostra concisa da estrutura de sua política energética e a rede dos atores relevantes. A comparação revelou as muitas semelhanças entre os países BRICS. Na Índia, China e África do Sul, o carvão é a maior fonte de eletricidade. Tanto a China quanto a África do Sul mencionaram, explicitamente, suas limitações para atender a demanda (em perspectiva) de energia necessária ao crescimento econômico. Em todos os países, exceto na Rússia, uma porcentagem significativa da população ainda não está conectada às redes de distribuição de energia e nem tem qualquer acesso à ela.

Para gerar a energia necessária, na China, Índia e Brasil, os projetos de hidrelétricas são apenas uma opção de valor limitado. Na Índia, a resistência popular tem impossibilitado quase todos os projetos relacionados à questão; no Brasil, um histórico de não compensação às populações deslocadas tem, também, levado a uma maior resistência contra os projetos de construção de grandes hidrelétricas; e, na China, o impacto ambiental dos projetos para edificação de hidrelétricas de grande porte, no noroeste do país, torna a questão um fator problemático. Entre outras medidas, Índia e China estão planejando incrementar sua capacidade de produção de energia nuclear. O Brasil, ao contrário, tem buscado enfatizar o potencial dos biocombustíveis obtidos a partir da cana-de-açúcar. Mas, segundo Celina Borges, o fomento à produção da cana tem levado ao desflorestamento. Isso criou a necessidade de mais debates sobre o assunto.

Em relação à produção, no Brasil, há expectativa de que as emissões de CO₂ alcancem um patamar cinco vezes maior, até 2020, do que o registrado em 1990. Segundo o Prof. Tang, estima-se que a China venha

a ser a maior consumidora de energia nos próximos 20 a 30 anos. Para limitar as emissões de dióxido de carbono, a China está pronta para utilizar o potencial dos projetos de mecanismos de desenvolvimento limpo (MDL). Dez desses projetos já estão em andamento. Enquanto a Índia permanece no processo de desenvolvimento de uma política de energia integrada — como afirmou Rajeev Kher —, o Brasil, disse Celina, precisa urgentemente de uma estratégia equivalente para enfrentar os desafios relacionados a ambos os insumos e os produtos. Utz Tillmann (Alemanha) foi mais um a comentar a necessidade de uma estratégia coerente para o setor energético da União Européia, dada a falta, atualmente, de uma política integrada na UE.

Günther Bachmann apresentou cinco propostas para dissociar a energia do crescimento econômico: limitação dos níveis de emissão de poluentes aos padrões estabelecidos para a produção comercial; tributos ambientais que expandam a carga tributária baseada na produção até o setor de energia; leis que regulamentem a exploração de recursos; regulamentações que permitam, de maneira descentralizada, que a energia renovável produzida seja transmitida pela rede de distribuição, como ocorre na Alemanha; e, finalmente, incremento da pesquisa e do desenvolvimento.

“O problema não é a pobreza, mas a pobreza extrema ou exclusão. O problema não é a degradação do meio ambiente, mas a degradação das condições humanas — luta pela sobrevivência.” Prof. Marcel Bursztyn

Celina Borges destacou iniciativas no Brasil, onde pequenas e médias empresas recebem assessoria sobre economia de energia. Essa orientação faz parte de uma estratégia de concessão de selos de qualidade que possibilitam, ao consumidor, escolher os produtos, com base na eficiência no consumo de energia com que foram produzidos. Na Índia, declarou Sudhir Mital, a lei exige que as empresas se tornem mais eficientes no consumo de energia. Celina Borges acrescentou que “o Brasil tem inúmeras leis que ninguém conhece”. Por isso, “nós não precisamos de mais leis. O desafio está nas instituições. Precisamos inserir, na sociedade, sistemas de valores e uma ética para o desenvolvimento sustentável que garanta a obediência às leis”.

Conforme Rajeev Kher (Índia), isso não se aplica somente aos consumidores e aos cidadãos: “A questão primordial é: a classe política está disposta a aceitar a grande desestabilização que ocorrerá em caso de mudança? Os partidos não ganham eleições com temáticas como a sustentabilidade”. Para combater o problema, concluiu-se que são necessários mais pesquisas e um maior desenvolvimento para inovação em eficiência energética e em tecnologias de energias renováveis.

Quanto à forma de as ENDS influenciarem as políticas do setor energético, Sudhir Mital destacou a necessidade de se ter uma entidade institucional comum de coordenação ou indicadores comuns de desenvolvimento sustentável, que definam claramente os pontos de entrelaçamento das políticas do setor energético e das ENDS. O Dr. Bachmann apoiou esse parecer sobre a coerência, por meio de uma estratégia de sustentabilidade melhor focalizada. O Prof. Tang explicou que, na China, a gestão das políticas do setor de energia e da ENDS pela Comissão Nacional de Desenvolvimento (NDRC) viabiliza uma boa interação entre os dois processos.

Recursos naturais

Inicialmente, vários participantes enumeraram os aspectos mais relevantes sobre recursos naturais em seus países. Com isso pode ser constatado que biodiversidade e conservação, gestão de recursos hídricos e fornecimento de água, bem como agricultura e degradação da terra e do solo são questões preocupantes em todos os países BRICS.

A despeito dos pontos em comum, os participantes destacaram vários problemas e temas específicos de cada país, relacionados a recursos naturais. Blessing Manale observou que a gestão de recursos marinhos é uma das áreas de importância crucial e de grande preocupação para África do Sul. Recentemente, o governo sul-africano criou um fundo para a gestão de recursos marinhos, para o qual todas as empresas de pesca são obrigadas a contribuir.

Angelika Zahrnt explicou que a pressão sobre a terra teve um aumento considerável. Isso se deve à alta densidade demográfica, à intensificação do plantio e da construção de estradas, que levam à perda de biodiversidade. A demanda por terra e a pressão sobre os recursos do solo, nos processos de urbanização, cresceram de maneira dramática nos países emergentes. Na Índia, como em vários outros países, essa pressão é ocasionada por carências sociais na zona rural que, por sua vez, estão relacionadas ao desflorestamento e à perda de biodiversidade: 20 milhões de indianos dependem diretamente das florestas para sua subsistência. No Brasil, igualmente, a migração interna está causando degradação ecológica.

Já que, em nível global, a proteção dos recursos naturais deveria ser um serviço ambiental prestado, principalmente, pelos países que retêm a maior parte do capital natural do planeta, os participantes discutiram uma potencial iniciativa referente à biodiversidade, sugerida por Renat Perelet e Sergey Bobylev (ambos da Rússia). Segundo Perelet, essa proposta poderia levar a um protocolo internacional sobre biodiversidade, que considerasse a comercialização de produtos e serviços ambientais (em particular, para a conservação da biodiversidade), semelhante ao Protocolo de Quioto,

mas indo além das referências às emissões de CO₂ e práticas comerciais. Todavia, isso iria requerer uma avaliação mais precisa do valor da biodiversidade e dos recursos naturais, com o intuito de possibilitar aos países em vias de

“Os países só propõem padrões (ambientais) quando isso é do seu interesse.”

Prof. Ye Jingzhong

desenvolvimento a cobrança pelo fornecimento abundante de tais produtos e serviços. Roberto Smeraldi relatou que o Brasil já possui algumas políticas baseadas em contrapartidas desse tipo, praticadas pelos estados que fornecem a maioria dos serviços ambientais. Angelika Zahrnt, ao contrário, lamentou o fato de a biodiversidade não ser prioritária na agenda política alemã, embora se verifique uma crescente atenção para esse assunto (em especial, para espécies geneticamente modificadas, vistas como ameaça às outras espécies). Paralelamente, uma estratégia nacional direcionada à biodiversidade está sendo elaborada.

A partir daí, a discussão voltou-se para os fatores políticos que influenciam a gestão de recursos naturais. Nesse âmbito, a descentralização foi considerada tanto uma força motriz para o desenvolvimento econômico quanto um obstáculo à gestão dos recursos. Como explicou o Prof. Ding, os esforços ingentes de descentralização realizados pelo governo chinês nos anos 80 resultaram em impactos positivos no desenvolvimento econômico e impactos negativos no meio ambiente. Com a pressão sobre as províncias para promoverem o crescimento econômico, extensões de terra cultivada cada vez maiores passaram a ser utilizadas para o desenvolvimento de indústrias locais, ocasionando a contaminação da água e a aceleração dos processos de erosão e degradação do solo.

Blessing Manale relatou que, no contexto da África do Sul, as restrições financeiras impedem, via de regra, a implantação de políticas sustentáveis. Ele sugeriu a elaboração de uma política financeira baseada em recompensa e punição: incentivos para as práticas bem-sucedidas e desincentivos para as mal sucedidas. Para começar, o governo sul-africano empreendeu uma reavaliação dos tributos ambientais, de maneira a destacar os custos e benefícios da gestão sustentável de recursos naturais.

A dimensão social

Elena Nikolaeva e Tatiana Chetvernina enumeraram diversas particularidades da questão social na Rússia: uma população composta de várias etnias, competição por recursos entre regiões e minorias, um padrão

de educação comparativamente alto, o fenômeno do surgimento de uma grande massa de trabalhadores miseráveis, o envelhecimento da população (semelhante ao caso da Alemanha) e o problema da migração. Para a China, o Prof. Ye se referiu à pobreza, má distribuição de renda, desemprego, condições de produção precárias e intensa atividade do tráfico como sendo os principais problemas sociais. Além disso, os participantes do debate identificaram duas questões importantes e comuns à maioria dos países do BRICS: o prevalecimento da pobreza e da má distribuição de renda. A cura para essas chagas sociais também se mostrou problemática, em vários países, por ser ela de difícil implantação (p.e., o sistema de saúde chinês, recentemente elaborado) ou, simplesmente, por trazer novos desafios ao desenvolvimento sustentável. Segundo o Prof. Bursztyn, esse tem sido o caso com os impactos ambientais negativos de pequenas fazendas criadas no decurso da reforma agrária no Brasil. Ele defende a idéia de que a educação é o principal meio de se alcançar um desenvolvimento sustentável. Outros participantes insistiram na importância de uma distribuição de recursos mais equilibrada antes de se pensar na sua gestão. “Não é a falta de educação que tem levado ao desenvolvimento não-sustentável, mas a distribuição desigual de recursos”, defendeu Nelco Zenzele Hlatshwayo (África do Sul). Em sua opinião, o governo tem o dever de preencher essa lacuna. Com respeito ao crescimento e sustentabilidade, Liao Xiaoyi (China) contestou a adoção de modelos estrangeiros e estratégias internacionalmente unificadas, afirmando que a identidade nacional e características culturais seriam negligenciadas, ao invés de utilizadas para alcançar o desenvolvimento sustentável. Os participantes discordaram que esse risco deva ser considerado suficiente para impedir a comparação de caminhos diversos e o aprendizado com as soluções adotadas em outros países (Berthold Goeke, Alemanha).

O Prof. Ye destacou, também, que a globalização não pode ser revertida e, por isso, não existe a opção de simplesmente retornar ao modo de vida tradicional, caso não se queira perder o poder de influência na esfera internacional. No entanto, conforme Hatchway, a presente estrutura criada pela globalização ainda não é a correta, “pois, não é um meio de vida sustentável, já que depreda nossos recursos, no sentido mais selvagem.”

A situação atual do comércio internacional foi utilizada para ilustrar um desses problemas. O Prof. Bursztyn afirmou que a produção está se tornando cada vez mais concentrada em países como a China, onde os padrões ambientais e sociais são baixos. Tatiana Chetvernina acrescentou que a presença de empresas estrangeiras na Rússia também não elevou o padrão da CSR, como esperado. Com os países desenvolvidos cobrando daqueles em vias de desenvolvimento a melhoria dos padrões sociais, é natural que se verifique uma duplicidade de padrões. O Prof. Bursztyn argumentou que os países do BRICS+G poderiam elaborar uma estrutura de demanda por padrões sociais e ambientais, aplicável em todo o mundo.

Sessão 3: Fatores de sucesso e insucesso de estratégias de desenvolvimento sustentável

Ponto de partida

O Prof. Perelet descreveu o desafio de implementar as ENDS como um difícil quebra-cabeça. “O desenvolvimento sustentável é composto de dois triângulos: um com vértices que representam as áreas econômica, social e ambiental; e o outro, com a representação do governo, iniciativa privada e a sociedade. Eles precisam ser alinhados de maneira correta. Mas conseguir a sobreposição adequada é como tentar alinhar o cubo de Rubik em faces monocromáticas.” Em todas as discussões setoriais, ficou claro que existem inúmeras possibilidades de compensações a serem trabalhadas na maioria das áreas; mesmo nos diversos casos em que a opção se resume a ser bem-sucedido ou bem-sucedido, vencer ou vencer. Angelika Zahrnt acrescentou que, dentro do movimento ambientalista, o sistema de compensação deve ser igualmente

acolhido; por exemplo, a busca por energias renováveis em nome da conservação da natureza.

Abordagens elaboradas para alcançar estratégias setoriais transversais de desenvolvimento sustentável

A discussão voltou-se para possíveis propostas (inovadoras) de promoção do desenvolvimento sustentável transversalmente. Com respeito à abordagem geral, Sudhir Mital destacou a necessidade de se fazer uma abordagem em vários níveis e com base em grupos de interesse multifacetados. A combinação específica dos instrumentos a serem utilizados terá que variar de um para outro país e de uma para outra questão. As outras várias propostas detalhadas podem ser agrupadas em um pacote de política financeira pública. N. K. Singh (Índia) mencionou que o Ministro da Fazenda indiano, recentemente, destacou a necessidade de se criar um orçamento baseado em resultados, em complemento ao orçamento baseado em gastos. Os resultados de cada programa / estratégia serão definidos em consonância com o modelo de desenvolvimento sustentável

Já que, na prática, as contas públicas evoluem segundo a previsão orçamentária, a introdução de princípios de sustentabilidade nos cálculos das políticas e estratégias setoriais, com base nos resultados obtidos pelo desenvolvimento sustentável, poderia, também, ser aperfeiçoada de maneira eficaz. Se os resultados forem, então, definidos e acordados, correspondendo às demandas de desenvolvimento sustentável, se chegaria a um 'orçamento verde'. Pré-requisitos importantes são a criação e o monitoramento regular de indicadores de desenvolvimento sustentável. "Isso não será possível, a não ser que sejamos capazes de mensurar serviços ambientais diversos e lhes atribuímos valores, no intuito de obtermos objetividade no sistema de avaliação", disse N. K. Singh. Os atuais medidores do produto interno bruto e do produto interno líquido são inadequados como indicadores de desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, eles forneceriam informações equivocadas sobre o uso sustentável ou não dos recursos naturais de um país. Aqueles que definem as políticas, atualmente, não estão bem informados sobre a importância de se interligar o crescimento econômico com o meio ambiente. Assim, a proposta do "orçamento verde" pode ser útil na eliminação das tendências atuais.

Quanto às receitas orçamentárias, os sistemas tributários precisam passar por ajustes para tornarem as estruturas de incentivo mais favoráveis ao desenvolvimento sustentável. Isso significa, entre outras coisas, fazer com que a carga tributária aplicada sobre a produção incida, também, sobre o uso de recursos.

"Existe uma grande lacuna entre as leis de proteção ambiental e a sua aplicação. Há um consenso de que já estamos fazendo alguma coisa." Marcel Bursztyn

Fatores de sucesso para estratégias de desenvolvimento sustentável

Um outro conjunto de sugestões e fatores de sucesso pode ser resumido como a necessidade de se criar uma cultura social simpática ao desenvolvimento sustentável. Os participantes, contudo, são da opinião de que a iniciativa privada e a sociedade civil se apresentam, atualmente, mais flexíveis do que os governos para orientar suas atividades segundo os preceitos do desenvolvimento sustentável. Para se chegar a essa cultura social, vários segmentos precisam caminhar paralelamente.

Berthold Goeke ressaltou que um fator de sucesso é o incentivo ao pensamento integrado, particularmente, nos casos de mudanças no governo. Gilney Viana defendeu fortemente a promoção de práticas bem-sucedidas nas camadas de base. No Brasil, há vários exemplos de desenvolvimento sustentável e crescimento conciliados, em nível local, que poderiam servir de inspiração à criação de políticas, em nível

nacional. No entanto, Rajeev Kher (Índia) fez uma ressalva, dizendo que as pessoas só respeitam valores tradicionais enquanto esses garantirem sua sobrevivência. A garantia da sobrevivência é, portanto, condição necessária para que a cultura estabelecida ou a se estabelecer possa ativar seus potenciais. Um elemento importante da cultura social seria o aumento da demanda, pelos consumidores, por produtos e serviços ‘amigos do meio ambiente’. Essa postura fortaleceria as empresas que desejam manter uma perspectiva de longo prazo e mais voltada para a sustentabilidade. Atualmente, como disse Utz Tillmann (Alemanha), muitos atores do setor privado são, antes, obrigados a adotar perspectivas de curto prazo devido à lógica dos mercados financeiros. Os relatórios das empresas sobre estratégias sustentáveis de longo prazo e ações baseadas na responsabilidade social empresarial são instrumentos essenciais para combater essa tendência.

Ao lado da conscientização e de uma cultura popular favoráveis ao desenvolvimento sustentável, várias questões institucionais e de governança foram listadas como fatores para o alcance do sucesso. Tais elementos são integradores, coordenados e decisivos. Na Índia, como explicou Rajeev, a diversidade da agenda política e respectivos processos decisórios fragmentados por todo o país, dificultam, em muito, um planejamento coerente de desenvolvimento. Nesse contexto a concessão, em nível municipal, deve ser tratada com cautela. O Departamento de Meio Ambiente e Turismo, da África do Sul, embora liderando o processo, não goza da autoridade necessária. O processo deve, assim, ser alçado diretamente à esfera presidencial. A situação na Rússia, onde se tem observado muitas reformas, embora a falta de coordenação (dando um terceiro exemplo), foi descrita por Alexandr Prilepin da seguinte maneira: “Estamos todos nos movendo, mas cada um para um lado diferente.” A reforma legislativa segue seu próprio curso, independentemente da reforma administrativa, o que resulta em regulamentações e até em leis contraditórias.

Os participantes concordaram que a prioridade dada às questões ambientais nas políticas setoriais corresponde a um dos fatores de sucesso mais importantes. Chegou-se a um consenso de que somente com suficiente liderança e vontade política dentro do governo, será possível garantir o sucesso da integração do desenvolvimento sustentável aos respectivos planos nacionais e às políticas setoriais. Um compromisso de tão alto nível deve, também, ser refletido nas metas, que precisam ser mais ambiciosas do que as atuais, como as MDGs. Rajeev Kher defendeu fortemente a definição clara de objetivos e a apresentação explícita das prioridades para que a elaboração e implantação das políticas de desenvolvimento sustentável sejam bem-sucedidas; principalmente, diante da escassez de recursos financeiros.

Como as estratégias de desenvolvimento sustentável estão presentes em diferentes esferas de diferentes países, os fatores para o sucesso e fracasso, conforme discutido em um dos grupos transsetoriais, são específicos para cada caso.

Na Alemanha, como expressou Günther Bachmann, as iniciativas para a combinação de propostas, a partir do nível macro para o nível micro e vice-versa, tem sido um fator essencial ao sucesso. De um lado, houve um grande apoio do governo, como refletido na criação do Gabinete Verde e do Conselho Verde; de outro lado, foi estabelecido um contato estreito com a sociedade e especialmente com jovens nas escolas, ONGs etc., que formam a base para uma incorporação, a longo prazo, da cultura do desenvolvimento sustentável. Ao referir-se à situação na Rússia, Prilepin disse que “o nosso maior sucesso foi termos continuado a discutir o assunto.” Esses dois casos exemplificam a necessidade de um diálogo contínuo em todos os níveis em que a estratégia para o desenvolvimento sustentável de um país esteja presente.

A China ofereceu cooperação estreita com a OECD para o desenvolvimento de indicadores de desenvolvimento sustentável. A fim de garantir a implantação dos indicadores, o país investiu, também, na capacitação de técnicos locais.

Sanjay Srivastava e Akash Taneja ressaltaram que a força dos direitos de propriedade (inclusive o direito de propriedade intelectual) sobre recursos naturais (principalmente em relação à biodiversidade) repre-

senta um fator-chave para o sucesso do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, os mecanismos de mercado podem ser utilizados, com sucesso, para garantir preços justos, resultando em alocação eficiente e evitando, assim, uma nova “tragédia dos comuns”. Isso não significa, porém, que o direito à propriedade sobre os recursos de uma floresta deva ser concedido a empresas privadas. Na Índia, por exemplo, a maior parte do acervo genético da fauna e flora se encontra nas reservas e florestas protegidas, de propriedade do governo.

Fatores concorrentes para o fracasso das estratégias de desenvolvimento sustentável

O Prof. Borylev identificou um fator importante de obstrução ao avanço do desenvolvimento sustentável: a demanda pelo crescimento do PIB, que ignora os problemas sociais e a depredação dos recursos naturais. O Prof. Bursztyn ilustrou a falta de interesse político em mobilizar os recursos, instituições ou incentivos necessários: no Brasil, a ausência de uma legislação adequada e abrangente se deve, também, a orçamentos reduzidos, má formação técnica e inexistência de uma ação contínua, de âmbito institucional. Daí a capacidade cada vez menor do Brasil para implantar suas políticas. O exemplo da China, citado por Tang, deu subsídios ao argumento de que é importante investir no desenvolvimento sustentável, inclusive nas capacitações necessárias para implementá-lo. Na elaboração dos indicadores de desenvolvimento sustentáveis, a China deu e recebeu apoio da OECD, o que constitui um fator de sucesso. Para garantir que o conjunto de indicadores seja implementado, a China investiu, também, na capacitação de funcionários locais.

Sessão 4: Apresentação dos resultados dos grupos de trabalho sobre sucessos, fracassos e discussões

Os relatores iniciaram o segundo dia da Conferência apresentando os resultados das deliberações dos grupos de trabalho de diferentes setores. Na discussão a seguir, o Prof. Ye (China) expressou fortes dúvidas quanto ao grau de eficácia da proposta de maior conscientização do consumidor: “Quem fará isso? Em verdade, a iniciativa privada é forte demais e a mídia é controlada por ela. Então, como fazer isso?” Blessing Manale (África do Sul) questionou a proposta de repasse de informações à mídia, referindo-se às experiências da África do Sul por ocasião da Cúpula de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável: “Gastamos uma enorme quantidade de recursos financeiros para o repasse de informações aos jornalistas das melhores emissoras e eles simplesmente não entenderam. Essa é uma questão muito difícil. Devemos tomar o cuidado de não irmos com muita sede ao pote!”

No decorrer das discussões, foram mencionados alguns exemplos interessantes de iniciativas na área de desenvolvimento sustentável. Na China, a Organização Aldeia Global Pequim promoveu, no verão, a campanha “26 Graus”. Seu objetivo é incentivar a população a ajustar seus condicionadores de ar a essa temperatura e, assim, economizar energia. No Brasil, o Instituto Akatu foi bem sucedido ao mobilizar produtores para que disponibilizassem, na *internet*, informações sobre o grau de sustentabilidade da sua produção, permitindo aos consumidores, uma base para a escolha dos produtos a serem consumidos. Como terceira iniciativa, Gilney Viana informou os participantes a respeito da II. Conferência sobre Meio Ambiente, a ser realizada ainda este ano. Por meio do evento, o governo brasileiro espera alcançar, em 2005, de 15 a 20 milhões de estudantes, encorajando-os a implantar, nas escolas, mini-conselhos para o desenvolvimento sustentável. Essa iniciativa está sendo viabilizada pela cooperação entre os Ministérios do Meio Ambiente e da Educação. Nessas conferências, em que participam vários grupos de interesse, as opiniões são sempre bastante diversificadas, gerando sempre muitos conflitos. As pessoas batem realmente de frente nas conferências. Isso leva a pressões e, novamente, a boas idéias.

Sessão 5: Quais são os papéis dos vários grupos de interesse?

Os facilitadores precisam de instrumentos ao invés de um modelo único para a solução de todos os problemas

O governo deve atuar como facilitador. Essa foi uma demanda feita por todos no grupo de trabalho, com base na idéia comum de que há muitos intercâmbios a serem feitos em prol do desenvolvimento sustentável. Ou, como definiu Naseem Chohan (África do Sul): “É necessário abdicar dos próprios interesses e partir para soluções de interesse comum.” Apoiado por Angelika Zahrnt (Alemanha), ele entende que o governo deve assumir a liderança e facilitar esse processo de troca de experiências e idéias. O Prof. Ye, no entanto, defendeu uma avaliação da realidade, dizendo que “é fácil dizermos que isso ou aquilo deve ser feito. Mas quem realmente irá fazer e desejará fazer isso?”

Angelika entendeu, por essas declarações, que serão necessários alguns cuidados. Para que um governo possa atuar como facilitador, de forma neutra e honesta, “ele deve estar profundamente comprometido com o desenvolvimento sustentável; e a sociedade deve ter força suficiente para garantir que o governo não se desvie das metas sociais e ambientais. Não havendo metas e indicadores de peso, a cada embate entre a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o desenvolvimento sustentável, esse sairá derrotado.” Celina Borges concordou, pedindo que os governos sejam providos com diretrizes para um desenvolvimento sustentável, a partir das quais eles possam assumir o papel esperado. Para ela, a idéia de um governo facilitador com poderes absolutos não irá funcionar. Ela continuou dizendo que isso acontece porque da mesma forma que ocorrem fracassos no mercado, ocorrem fracassos nas democracias. Elas não são representativas o suficiente. A participação diária é necessária como ferramenta de monitoramento: “Precisamos mudar da democracia representativa para uma democracia participativa.” Sülzer relatou o exemplo da Indonésia, onde o governo e a sociedade civil realizaram fóruns públicos, de maneira sistemática, com base em uma política de diálogos efetiva e informativa. Assim, discutiu-se o implemento de um plano de

Resumo do 1º dia: o que aprendi com as discussões de hoje?

Fichas preenchidas pelos participantes e agrupadas pelo moderador, Dirk Jung

Crescimento

- O crescimento é possível até a puberdade; mas a sustentabilidade é possível sempre. Os governos devem estimular o desenvolvimento, não o crescimento.
- Após os 18, crescimento passa a ser apenas ganho de peso.
- Para se chegar à sustentabilidade, é preciso abdicar-se do modelo político dominante, rumo ao crescimento econômico.
- O crescimento só é bom quando verde.
- Crescimento sustentável representa a saída para os problemas oriundos da contradição entre crescimento e desenvolvimento sustentável.
- Um desafio para todos os grupos é compreender que sustentabilidade não implica, necessariamente, em crescimento.
- O desenvolvimento deve respeitar as limitações do meio ambiente.

Necessidades e conscientização

- Como podemos tornar a população, em geral, mais consciente das questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável?

- Deve-se aumentar a consciência popular sobre o desenvolvimento sustentável.
- As políticas de sucesso são aquelas que atendem as necessidades da população.
- A espiritualidade deve ser um dos aspectos da sustentabilidade.

A “nova economia”?

- Inclusão do fator ambiental nas avaliações econômicas de nível macro.
- A ética dos mercados financeiros precisa ser aperfeiçoada / repensada.
- O lema “primeiro o crescimento, depois o meio ambiente” está ou deveria estar ultrapassado. As políticas ambientais inteligentes contribuem para o crescimento.
- Os países BRICS pagarão caro pela adoção de medidas para um desenvolvimento sustentável. Os custos da solução de questões sociais e ambientais são muito altos.

Regras e responsabilidades

- Os grupos de interesse devem garantir que o uso dos recursos nacionais seja o mais eficiente possível, por meio da cooperação e do diálogo.
- Cada grupo de interesse tem uma contribuição a dar para a realização do desenvolvimento sustentável.
- A governança deve ser aperfeiçoada.

Que são os grupos de interesse?

- Quem são genuinamente os grupos de interesse?
- O desenvolvimento sustentável pode ser considerado parte integrante do poder social.
- O planejamento do desenvolvimento deve envolver o diálogo com as populações menos favorecidas e sem poder de influência porque são elas as mais afetadas pelo desenvolvimento não sustentável.
- A sustentabilidade é uma questão que transcende as fronteiras nacionais.

O que pode ser feito em conjunto com os grupos de interesse?

- Pode-se estabelecer uma estrutura institucional para unir os grupos de interesse e ajudá-los a compreenderem-se uns aos outros?
- Temos que analisar, em primeiro lugar, as diferentes realidades dos grupos de interesse.
- Como estabelecer o diálogo constante entre os diferentes grupos de interesse?
- São necessárias consolidação e integração internacional entre os grupos de interesse (internacionalmente, eles devem demonstrar união no âmbito do BRICS, por exemplo!).
- Deve-se encorajar o comprometimento com o desenvolvimento sustentável.
- É necessária uma maior responsabilidade social empresarial!

O processo

- A continuidade é essencial.
- A questão é complexa e não existe apenas uma única solução.
- Deve-se criar indicadores para medir o desenvolvimento sustentável.
- Rede com os outros parceiros do BRICS+G — não reinventar a roda —, há muitas questões compartilhadas.
- É preciso haver mais diálogo.
- Como esse diálogo pode ajudar? A partilha de experiências, isoladamente, pode ser alcançada por outros meios.
- Porque o desenvolvimento sustentável tem fracassado? O que pode ser feito para compensar isso?

saúde, de cunho social. O governo indonésio conduziu vários fóruns, ao longo de um ano, para descobrir o que poderia ocorrer se aquele sistema fosse implantado. As opiniões emitidas pela sociedade auxiliaram, em muito, o governo a tomar uma decisão embasada.

Retomando o comentário feito anteriormente por Angelika Zahrnt sobre indicadores e metas, O Prof. Perelet levantou a questão de que muitos fatores ambientais relevantes não são refletidos no PIB (atualmente, o principal indicador de desenvolvimento). Por isso, esse não é um medidor apropriado aos países com largas reservas de recursos naturais. Um indicador ecológico poderia ser a alternativa. Zahrnt acrescentou que bens e serviços não inseridos no mercado e particularmente importantes para vários países em vias de desenvolvimento, com seus vastos setores de economia informal, também não são refletidos no PIB. Por isso, ela questiona se o ideal seria um indicador de desenvolvimento sustentável, à parte, ou um indicador integrado ao PIB. Essa é uma questão a ser discutida juntamente com a comunidade acadêmica e a sociedade civil.

A questão de como decidir em favor do desenvolvimento sustentável, em situações específicas do comércio, se mostrou recorrente nas discussões do grupo de trabalho. Sudhir Mital destacou a difícil questão que a Índia está enfrentando: decidir se um canal de navegação deve ser construído no estreito entre o Sri Lanka e a Índia. Esse canal permitiria às grandes embarcações encurtar suas rotas. Obviamente, isso possibilitaria uma economia significativa para o transporte e, conseqüentemente, traria grandes benefícios aos operadores dos navios e à economia. Todavia, o rico ecossistema marinho seria desestruturado ou destruído. Além disso, permanece incerto o quanto o benefício econômico levaria, também, à redução da pobreza, independentemente do simples crescimento do PIB. Então, como tomar uma decisão? Naseem Chohan (África do Sul) disse que “o que precisamos são ferramentas para encararmos o desafio de tomar decisões, de maneira bem equilibrada.” Além disso, Celina Borges destacou a necessidade de se estabelecerem mecanismos ao invés de soluções engessadas: “Não teremos uma solução padronizada para essa questão agora e nem mesmo em cinco ou dez anos. Na verdade, nunca teremos. O que precisamos é encontrar caminhos para gerenciar problemas como esse.” Ela informou que a GTZ, na Índia, está reunindo bons exemplos, atualmente, e que trabalhará voltada para a questão de como conduzir esses processos de conciliação de interesses, no futuro.

De acordo com Celina, é aí que as universidades devem entrar. Elas podem desempenhar um papel importante na avaliação dos impactos das decisões (p.e., a de construir uma escola ou um hospital) e compará-las. Além disso, “precisamos que o meio acadêmico pense e trabalhe mais por soluções.” As universidades seriam responsáveis, juntamente com a sociedade civil, por elaborar as diretrizes para o desenvolvimento sustentável que o governo aplicaria, no papel de facilitador.

Com respeito aos setores da sociedade civil, o Prof. Ye destacou ser essencial que eles se organizem. Para isso, é preciso, no mínimo, permitir que eles se organizem. No início, sua voz será pouco ouvida. Mas, gradativamente, ela ganhará força.

Redefinindo o crescimento como um desafio concernente ao direito de propriedade e à concessão de autonomia decisória

Vários participantes destacaram que conciliar crescimento e sustentabilidade é extremamente difícil, porém, necessário, dado o fato de, na maioria dos países, o crescimento ser considerado um pré-requisito para o desenvolvimento. Sobre a questão, Gilney Viana argumentou que não só as altas taxas de crescimento, mas também as baixas, têm impactos desfavoráveis sobre o meio ambiente. No Brasil, por exemplo, taxas de crescimento estagnadas, em certas regiões, levaram a processos de migração que, por sua vez, ocasionaram impactos ambientais negativos. Viana enfatizou que a organização de processos baseados em diferentes grupos de interesse é crucial e que as pessoas precisam se tornar elementos ativos e, não,

passivos nesses processos. Somente uma consulta realizada multilateralmente poderá determinar o tipo de crescimento adequado à manutenção do emprego ou que evite a má distribuição de renda, esta última experimentada no Brasil e considerada a responsável por boa parte das tensões sociais. Conseqüentemente, a concessão de poderes a certos atores e sua inclusão no processo é de caráter vital para a abordagem de questões sociais e ambientais nas políticas de desenvolvimento. No Brasil, a coordenação e participação dos grupos de interesse estão sendo implementadas com sucesso em microprojetos, enquanto que, no nível macro, há problemas enormes.

Assim, as opiniões de Gilney coincidiram com as de Mital, expressadas em um grupo de trabalho paralelo: “Sim, houve práticas bem sucedidas em esferas menores. Vê-se que os projetos pequenos estão surtindo efeito, obtendo sucesso. Mas quando se olha para os projetos e políticas maiores, as questões sociais e ambientais ficam comprometidas.” Rajeev Kher propôs uma abordagem diferente. Para garantir que o consenso sobre desenvolvimento sustentável seja traduzido em ações, ele defendeu uma abordagem de cima para baixo, na esfera política. Por outras palavras, a definição das principais medidas de sustentabilidade, quando efetivada nos círculos políticos mais elevados, empresta um grande peso a essas medidas, facilitando sua aceitação dentro dos círculos administrativos do governo. Ao mesmo tempo, as deliberações da cúpula devem ser flexíveis o suficiente para absorver a contribuição das esferas mais baixas. Sua opinião se baseia no fato de que enquanto a sustentabilidade é considerada um objetivo comum a todos os ministérios, muitas agências governamentais continuam a enfatizar propostas unidimensionais ao elaborarem suas estratégias setoriais.

No que se refere às estratégias para o fomento de políticas sustentáveis, vários participantes enfatizaram a necessidade de se criar situações em que os vários grupos de interesse tenham sempre a possibilidade de saírem como ganhadores. Como ilustração, Berthold Goeke mencionou dois indicadores incorporados à estratégia de desenvolvimento sustentável, na Alemanha: duplicação do percentual de energias renováveis até 2010 e duplicação da eficiência no uso de recursos até 2010. Esses indicadores puderam ser acordados com base na capacidade do governo em demonstrar que as metas, simultaneamente, aumentariam a eficiência (aspecto econômico), apoiariam uma política sustentável para o setor energético (aspecto ambiental) e criariam novos empregos em um setor da economia, de alto potencial (aspecto social). Blessing Manale (África do Sul) forneceu um outro exemplo no qual a decisão foi tomada em detrimento da prospecção e em favor do ecoturismo em uma determinada região. A decisão foi tomada quando se fez mais evidente que um número maior de empregos seria criado preservando a região do que explorando-a. No entanto, conforme opinaram vários participantes, um pré-requisito essencial para se chegar a situação de se ganhar tanto de um lado quanto de outro, é o profundo comprometimento das lideranças políticas com a promoção da idéia de desenvolvimento sustentável.

Da responsabilidade e prestação de contas de atores da sociedade e do setor privado

Rajeev Kher continuou a discussão sobre o papel dos vários grupos de interesse, criticando o fato de muitos desses grupos se equivocarem quanto a seus papéis e limites. Por exemplo, em debates recentes sobre uma nova política ambiental, na Índia, organizações da sociedade civil exigiram que um projeto político fosse desenvolvido nas esferas mais baixas, o que, em sua opinião, é impossível se consideradas a diversidade e heterogeneidade presentes no país. A “propriedade” do processo político deve permanecer com o governo. O representante indiano argumentou que as ONGs devem concentrar-se, principalmente, nas áreas em que têm uma vantagem comparativa, como, por exemplo, nos processos de conscientização.

Além disso, Blessing Manale apontou para questões como legitimidade, prestação de contas e responsabilidades enfrentadas por organizações da sociedade civil. Enquanto os governos têm um mandato claro e legítimo e as empresas, via de regra, prestam contas a seus acionistas, não se faz claro no que as orga-

nizações da sociedade civil apóiam sua reivindicação por legitimidade. Já que muitas dessas organizações representam interesses especiais e/ou privados, os governos precisam saber no que se baseia o seu ponto de vista. Assim, o dito papel de “cão-de-guarda” deve ser almejado por todos os grupos de interesse e não somente pelas organizações da sociedade civil.

“Como cães-de-guarda, elas deveriam não só latir, mas também morder.” **Nelco Zenzele Hlatshwayo**

Finalmente, o papel do setor privado foi abordado. Liao Xiaoyi defendeu a idéia de que muitas empresas de grande porte, na China, provocam efeitos prejudiciais à sustentabilidade e usam seus recursos para subornar a mídia e membros

da comunidade acadêmica. Muitos participantes identificaram a CSR como um fator estratégico de intervenção. Nesse sentido, Manale pediu mais auto-crítica por parte da iniciativa privada. Os vários tipos de empresas precisam ser diferenciados, opôs-se Kher. Enquanto muitas empresas transnacionais já fazem das propostas baseadas na CSR, uma identidade corporativa, muitas empresas de pequeno porte preocupam-se, em primeiro lugar, com a sobrevivência econômica. Isso geralmente não abre espaço para debates sobre a CSR. Berthold Goeke destacou que o RNE foi capaz de iniciar um diálogo proveitoso sobre a importância de empresas alemãs seguirem certos padrões econômicos e sociais em suas atividades econômicas em outros países. Ele defendeu fortemente maiores esforços na formulação desses padrões em países desenvolvidos, pois, isso pode, igualmente, provocar debates sobre a CSR em países em vias de desenvolvimento.

Quanto às ações institucionais que melhor promovem as políticas sustentáveis, a maioria dos participantes concordou que não existe nenhuma fórmula institucional padronizada e que uma transferência direta de um conjunto de medidas de um país a outro, provavelmente, não será muito eficiente ou desejável, haja visto que a maioria das estruturas institucionais são baseadas nas experiências específicas e configurações de cada país. Liao Xiaoyi (China) e Elena Nikolaeva (Rússia) frisaram as vantagens de se criar um conselho para o desenvolvimento sustentável. Nos respectivos países, então, esses conselhos criariam uma plataforma para deliberações e participação, também, da sociedade civil.

As questões relacionadas à governança são o ponto-chave

O papel do governo difere significativamente de um para outro país. No Brasil, declarou o Prof. Bursztyn, o governo se faz pouco presente (principalmente nas regiões fronteiriças da Amazônia) — se comparado àqueles de outros atores —, necessitando de ajustes para garantir o implemento das políticas de desenvolvimento sustentável. O crescimento é vital e necessário para o governo poder arcar com as crescentes responsabilidades, principalmente, aquelas relacionadas ao bem-estar social. Na África do Sul, Nelco Hlatshwayo quer ver o governo tomando mais medidas coordenadas. A situação na China, destacou Tang Dingding, é bem diferente. Naquele país, o governo central é a força condutora. O governo iniciou a maior parte das ações, gerindo funcionários locais e empresas públicas, por meio de orientações claras, expedidas pela comissão de reforma, o Conselho Chinês para o Meio Ambiente e Sustentabilidade, que é composto de renomados líderes e cientistas chineses e internacionais. O Conselho criou uma força-tarefa para reunir todos os grupo de interesse. Essa equipe prestou de contas de suas atividades, ao Conselho que, por sua vez, apresentou um relatório ao governo central para que este último tomasse as atitudes políticas adequadas. Assim, um papel importante, no âmbito da sustentabilidade, foi exercido pelo governo central. Tang Dingding destacou a necessidade de se ter um número maior de funcionários competentes no alto escalão. A impressão predominante entre os presentes — e essa divergiu da de um outro grupo de trabalho — é de que o governo se encontra muito mais distante do que o setor privado. Roberto Smeraldi

comentou a afirmativa, observando que “o governo cria, em nível local, os mesmos problemas que a OMC cria, em nível nacional, já que ambos não visam o desenvolvimento sustentável.”

O Prof. Bursztyn ressaltou a necessidade de as universidades passarem por transformações antes de poderem contribuir satisfatoriamente para o desenvolvimento sustentável. Atualmente, as especializações e a falta de pesquisas interdisciplinares e coordenação entre as universidades levam os departamentos a conduzirem pesquisas independentemente uns dos outros. Por exemplo, um pesquisa tecnologias e outro, as ameaças criadas por elas. O problema é que a sociedade se acostumou a essa situação. As universidades precisam mudar; mas, antes de tudo, a sociedade precisa exigir essa mudança. Nelco Hlatshwayo referiu-se à necessidade de maior interação entre as universidades e entre elas e ONGs, juntamente com outros grupos de interesse, na África do Sul.

Em relação à sociedade civil, Alexandr Prilepin listou cinco funções importantes das ONGs: 1) a função supervisora, mantendo os assuntos dentro da agenda; 2) a função fiscalizadora, atuando como um cão-de-guarda; 3) a função consolidadora, sedimentando a união entre os grupos de interesse; 4) a função capacitadora, treinando equipes de apoio (funcionários público e cidadãos), em cooperação com a comunidade acadêmica; e 5) a função provedora, disponibilizando informações e apoio especializado. Na Rússia, porém, diante da carência de recursos não comprometidos e da falta de cooperação (esta última alimentada em disputas constantes pelos poucos recursos disponíveis), as ONGs não poderiam exercer essas funções. Hlatshwayo descreveu a sociedade civil da África do Sul como sendo portadora de debilidades semelhantes. ONGs relacionadas a questões ambientais foram fechadas, recentemente, por falta de verbas. Ou o governo não leva a sério, o suficiente, os relatórios das ONGs ou as responsabiliza pela situação, com o objetivo de provocar a desconfiança da população. Às ONGs deveriam ser conferidos poderes suficientes para que elas pudessem melhor exercer sua função fiscalizadora: “Como cães-de-guarda, elas deveriam não só latir, mas também morder.”

Numa visão geral do papel e das responsabilidades dos grupos de interesse, o Prof. Bursztyn queixou-se de, algumas vezes, a situação se tornar confusa, com ONGs querendo assumir o papel do governo e o governo, o papel das ONGs. Enquanto isso, as empresas procuram escapar às regulamentações. No decorrer das disputas, são gastos recursos na construção de capacidades inúteis e a credibilidade das ONGs fica abalada. Como essa estrutura pode ser alterada? “Precisamos chegar a um consenso: o de que a missão do governo deve ser deixada aos governantes. Precisamos de governantes que ajam como tais.”

Günther Bachmann resumiu a situação, dizendo que o crescimento é necessário não só nos países em vias de desenvolvimento, mas também nos desenvolvidos ou que estão retraídos (como a Alemanha), de forma a viabilizar tecnologias limpas, produzir alimentos saudáveis entre outros. Não obstante, uma nova definição de crescimento se faz urgente. Para isso, os grupos de interesse da sociedade civil ainda não cumpriram o seu papel, faltando-lhes perguntar o que é crescimento, de fato. Na Alemanha, a sociedade civil não é carente de fundos, mas seu papel já não é mais tão claro. As organizações dos grupos de interesse deveriam prender-se ao seu papel na sociedade; mas deveriam, também, unir esforços, criar parcerias e fazê-las visíveis por meio da divulgação. Nesse contexto, não se deve o papel ativo do parlamento em evitar que o governo se promova sem o devido merecimento.

Sessão 6: sessão final do plenário sobre crescimento e sustentabilidade

Após as apresentações dos resultados dos grupos de trabalho, os participantes se engajaram em um breve debate. As contribuições realçaram, mais uma vez, alguns dos aspectos já levantados nos grupos de trabalho. Além disso, os participantes mantiveram o enfoque no papel e nas responsabilidades dos vários grupos de interesse.

Sobre a estratégia alemã, Berthold Goeke explicou que uma razão para a grande ênfase à divulgação da proposta tridimensional do desenvolvimento sustentável é a necessidade de se alcançar e atrair um público maior do que aquele de grupos de interesse ambientais. Alexandr Prilepin concordou, dizendo que existe uma enorme quantidade de pessoas, ONGs etc. preocupadas com a necessidade de se promover um desenvolvimento sustentável. Gilney Viana apoiou a observação de que existe um potencial significativo para fomentar a sustentabilidade fora do governo. Progresso substancial tem sido alcançado, também, em termos de desenvolvimento sustentável, nos países BRICS, com ou sem o governo (e em alguns casos, independentemente também do setor privado).

O Prof. Ye alertou, porém, que cada grupo procuraria atender os próprios interesses. Conseqüentemente, a sociedade se tornará mais sustentável somente se os grupos de interesse buscarem um equilíbrio entre si. O Prof. Bursztyn acrescentou que, em muitos casos, o foco é direcionado para os grupos de interesse errados. Angelika Zahrt concordou que é necessário ter cuidado, já que, “hoje em dia, alguns grupos têm muitos interesses particulares — comerciais ou pessoais — e os disfarçam sob a forma de interesses das ONGs e sociedade civil.” Com base nisso, o Prof. Bursztyn formulou o respectivo desafio, como segue: “Como podemos trabalhar, de maneira a transformar os potenciais grupos de interesse em grupos de interesse efetivos?”

Sugestões para o acompanhamento do projeto BRICS+G e conferências

Houve concordância geral em torno da continuidade ao diálogo, por meio da cooperação no formato sul-sul e norte-sul. As sugestões vão desde a realização de novos encontros — no prazo de 1 ano — à angariação de fundos que viabilizem uma maior regularidade para os encontros. Nesse sentido, a facilitação pela Alemanha é bem-vinda. Deve-se considerar a possibilidade de inclusão de mais atores internacionais, como o Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD), o Fundo Mundial para a Natureza (WWF) e a Comissão Européia. Foi sugerido, também, que o site disponível seja utilizado para manter a continuidade do diálogo nos intervalos entre os encontros e/ou independentemente desses. O site poderia, ainda, ser usado para armazenar e disponibilizar informações sobre temas relacionados ao desenvolvimento sustentável. Essa proposta se estende ao conjunto de exemplos de práticas bem-sucedidas, considerando-se o intercâmbio de resultados em pesquisas e desenvolvimento de projetos conjuntos de sustentabilidade.

Além dos encontros internacionais, seriam realizados encontros nacionais para o acompanhamento das atividades e informação aos grupos de interesse sobre os resultados da conferência internacional e sobre o que está sendo pensado e feito nos outros países do BRICS+G.

A futura cooperação poderia adquirir diferentes formatos: a) diálogo; b) projetos concretos; c) discussão aberta de diretrizes políticas e sua adaptação à realidade nacional; e d) esforço conjunto para introduzir assuntos específicos em negociações internacionais. Em todas as opções, é possível o enfoque em questões específicas.

Segundos os participantes, há interesse no acompanhamento dos seguintes tópicos: transferência e pesquisa de tecnologia, CSR, governança e questões institucionais no âmbito das estratégias e políticas nacionais de desenvolvimento sustentável. Para essas últimas, foi feita uma diferenciação entre: a) “departamentos verdes” e conselhos para o desenvolvimento sustentável; b) monitoramento e avaliação (de políticas) de desenvolvimento sustentável; e c) conexão de estratégias resultantes de conferências e ações internacionais (p.e., planos nacionais de ação voltados para o clima, de combate à desertificação, estratégias nacionais para a redução da pobreza etc.) dirigidos às ENDS.

Uma outra sugestão foi a elaboração de um manual contendo experiências bem sucedidas de desenvolvimento sustentável, que serviria como um compêndio de iniciativas e propostas inovadoras nos países do

BRICS+G. Outras propostas similares dizem respeito a programas de TV sobre estratégias sustentáveis e não-sustentáveis e para pesquisas sobre como conduzir planejamentos de integração bem sucedidos em contextos políticos e sociais diversos.

Foi proposta, ainda, a criação de uma plataforma comum no projeto BRICS+G para promover a idéia de um protocolo internacional de comércio de bens e serviços ambientais. A intenção é a abordagem de temas relacionados à biodiversidade (a exemplo do Protocolo de Quioto, que combate as causas das alterações climáticas).

Comentários finais proferidos por Franziska Donner

Franziska Donner declarou que, ao avistar-se novamente com todos os participantes, percebeu uma inequívoca mudança desde a manhã do primeiro dia da Conferência, ressaltando o potencial das oportunidades de formação de elos que resultaram do encontro.

As sugestões de acompanhamento foram muito interessantes e, por isso, ela pleiteou sua consideração pelos presentes, de maneira a serem discutidas com mais detalhes nos países, em reuniões futuras. A forma de acompanhamento, seja ela qual for, deverá ser feita não só por um, mas por todos os parceiros ou países envolvidos.

A representante da GTZ expressou sua convicção em que um consenso maior pode ser alcançado pela Conferência; e, ainda, que o diálogo iniciado nesse encontro e com o projeto BRICS+G deve ser, de alguma maneira, levado adiante.

Franziska Donner encerrou agradecendo aos moderadores, à equipe de preparação do evento, aos organizadores, intérpretes, relatores e, por último, mas certamente, não menos importantes, aos participantes por todos os esforços realizados para o sucesso da Conferência Internacional.

BRICS+G: participantes da Conferência Internacional



Dr. Günther Bachmann

Presidente do Conselho Alemão para o Desenvolvimento Sustentável (RNE)

Günther Bachmann está à frente do RNE desde a sua criação pelo governo federal, em 2001. A partir de 2003, ele passou a dirigir, também, um grupo de trabalho sobre sustentabilidade, que faz parte da rede dos Conselhos de Assessoria em Desenvolvimento Sustentável (EEAC).

Bachmann graduou-se em Planejamento da Paisagem pela Universidade Técnica de Berlim; trabalhou na Agência de Proteção Ambiental por 15 anos e, recentemente, atuou como diretor e professor do Departamento de Proteção do Solo. Günther Bachmann é autor de livros sobre Ecologia do Solo e sobre a Lei de Proteção do Solo alemã.



Prof. Dr. Sergey N. Bobylev

Professor do Departamento de Economia da Universidade de Moscou

As áreas de pesquisa do Prof. Bobylev incluem desenvolvimento sustentável, política macroeconômica e avaliação econômica de impactos ambientais. A lista de suas publicações abrange mais de 160 itens, inclusive doze livros. Ele foi membro da força-tarefa econômica de preparação de programas para o Parlamento russo, Ministério de Recursos Naturais e Comitê Federal do Meio Ambiente. De 2000 a 2005, Bobylev foi o principal editor de cinco volumes do Relatório de Desenvolvimento Humano da Federação Russa para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Sergey Bobylev foi diretor da área econômica e coordenador de oito projetos criados pelo Banco Mundial, PNUD e Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF).



Prof. Dr. Marcel Bursztyn

Professor e Diretor do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS-UnB)

Após o diploma de graduação em Economia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e de mestrado em Planejamento Regional e Urbano, Marcel Bursztyn foi para a França, onde obteve os títulos de doutor em Desenvolvimento Econômico e Social (Universidade de Sorbonne) e em Economia (Universidade de Amiens). Bursztyn concluiu seu pós-doutorado na Escola de Estudos Avançados em Ciências Sociais, em Paris. Marcel Bursztyn é autor de 12 livros e já publicou mais de 60 artigos científicos.



Celina Borges Torrealba Carpi

Celina Borges é Presidente e acionista da Libra Terminais S.A.; membro do Conselho Deliberativo do Instituto Ethos de Responsabilidade Social; membro do Conselho de Administração do Grupo Libra e membro do Conselho de Responsabilidade Social da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro.

Celina Borges Torrealba Carpi graduou-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com MBA pelo Instituto Europeu de Administração de Empresas (INSEAD), na França.

Dra. Tatiana Y. Chetvernina

Pró-Reitora da Escola de Estudos Econômicos Avançados para pesquisas em políticas sociais; Diretora do Centro de Pesquisa de Mercado de Trabalho e Processos Sociais — Instituto Econômico da Academia de Ciências da Rússia

As pesquisas da Dra. Chetvernina enfocam as evoluções do mercado de trabalho russo e a prevenção do desemprego. Tatiana Chetvernina tem vários artigos publicados nessa área.



Naseem Chohan

Consultor para o Desenvolvimento Sustentável — Grupo De Beers, África do Sul

Com a crescente conscientização em torno da sustentabilidade e questões sociais, Naseem Chohan tem sido requisitado a elaborar estratégias, políticas, práticas, capacitações e apresentação de programas na área de sustentabilidade que possam ser aceitos globalmente por grupos de interesse internos e externos à De Beers e que sejam compatíveis com as práticas bem-sucedidas em todo o mundo. Além disso, sua unidade é responsável por integrar e refletir, formalmente, as questões prioritárias na área de desenvolvimento sustentável, em toda a cadeia de valores do Grupo De Beers.



Dr. Ding Ningning

Pesquisador-Chefe e Diretor do Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento Social — Centro de Pesquisa para o Desenvolvimento, Conselho Federal da República Popular da China

O Centro de Pesquisa para o Desenvolvimento (DRC), do Conselho Federal, é uma ampla instituição de pesquisa de políticas e consultoria diretamente subordinada ao Conselho Federal. O Dr. Ding Ning ingressou no DRC, em 1991, como pesquisador-chefe e já assumiu vários cargos, inclusive o de Diretor do Departamento de Pesquisa Econômica Empresarial, de 1993 a 1998. Ding Ningning é Diretor do Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento Social desde 1998.



Berthold Goeke

Membro do Conselho Ministerial e Diretor do Departamento de Meio Ambiente, Conservação da Natureza e Segurança de Reatores Nucleares — Chancelaria Federal

Após vários anos como diretor, em nível setorial, no Ministério do Meio Ambiente, Berthold Goeke exerce seu atual cargo desde 2001.





Nelco Zenzele Hlatshwayo

Diretor do Programa Anti-Censura do Instituto de Liberdade de Expressão da África do Sul.

Há 15 anos, Nelco Hlatshwayo vem atuando junto às ONGs, principalmente na área de desenvolvimento rural. Inicialmente, assumiu a Diretoria da Associação para o Desenvolvimento Rural e Comunitário (ANCRA), na Província do Cabo Setentrional e, mais tarde, no Comitê Nacional da Terra (NLC), que tem afiliados em todas as nove províncias.



Rajeev Kher

Diretor de pesquisa do Instituto de Energia e Recursos (TERI), Nova Delhi

Ao longo de 25 anos de carreira, Rajeev Kher conduziu várias ações para o governo federal e governos estaduais da Índia. Todas essas atividades possuíam estreita relação com questões ambientais locais e globais. Kher tornou-se especialista, principalmente, em política e planejamento de desenvolvimento sustentável; governança ambiental, abrangendo questões globais e gestão ambiental — gestão de projetos e de orçamento; avaliação e monitoramento; aperfeiçoamento da administração e gestão de recursos humanos. No cargo atual, as atividades de Kher estão estreitamente relacionadas à elaboração da política nacional de meio ambiente, da estratégia nacional de desenvolvimento sustentável, de um programa nacional de ação ambiental e dos indicadores de desenvolvimento sustentável. Anteriormente, como Secretário-Adjunto do Ministério do Meio Ambiente e Florestas, ele dirigiu a Divisão de Cooperação Internacional e Desenvolvimento Sustentável e a Divisão de Educação e Conscientização Ambiental.

Rajeev Kher tem pós-graduação em Economia e Química.



Liao Xiaoyi

Presidente da Organização Aldeia Global Pequim, China

Liao Xiaoyi é Presidente e fundadora da Aldeia Global Pequim, uma ONG sem fins lucrativos dedicada à educação ambiental, participação popular e serviços comunitários. Liao tem mestrado em Filosofia, é jornalista ambiental e produz programas de TV sobre o meio ambiente, que são transmitidos em todo o país pela CCTV (TV estatal chinesa). Um de seus trabalhos mais importantes enfoca a promoção do senso de responsabilidade individual e o incentivo à concessão de autoridade na área ambiental. Liao Xiaoyi é ganhadora do Prêmio Banksia Internacional e do Prêmio Sofia.



Blessing Manale

Diretor da Coordenação de Desenvolvimento Sustentável do Departamento de Assuntos Ambientais e Turismo (DEAT), África do Sul

Entre as principais atividades exercidas por Blessing Manale, no DEAT, estão a mobilização de apoio a parcerias; engajamento dos grupos de interesse; elaboração da estratégia nacional de desenvolvimento sustentável; formulação de vários programas e campanhas para promover práticas bem sucedidas em desenvolvimento sustentável a todos os atores essenciais, na África do Sul; e a participação em inúmeras negociações internacionais envolvendo questões ambientais e de desenvolvimento.

Blessing Manale é diplomado em Direito. Ele obteve, também, títulos acadêmicos em Relações Comunitárias, Comunicação e Desenvolvimento e em Administração de Empresas (governança corporativa).

Sudhir Mital

Secretário-Adjunto do Ministério do Meio Ambiente e Florestas, Índia

Sudhir Mital é responsável por questões de caráter transversal no governo indiano. Ele pertence ao quadro de funcionários de Punjab e, nos últimos anos, trabalhou para o governo de Nova Delhi como Secretário do Departamento de Serviços Públicos, Secretário do Departamento de Energia, como Presidente do Conselho de Energia Elétrica do Estado de Punjab, Secretário do Departamento de Planejamento, membro da Comissão de Impostos e Tributação, Administrador-Chefe da Autoridade de Punjab para o Desenvolvimento Urbano, e como Diretor Administrativo da Punjab Financial Corporation.

Sudhir Mital tem mestrado em História e em Desenvolvimento Rural pela Universidade de Birmingham, Reino Unido. Ele é especialista em assuntos relacionados ao desenvolvimento sustentável.



Elena E. Nikolaeva

Vice-Diretora do Departamento de Relações Federais, Administração Pública e Local — Ministério do Desenvolvimento Regional, Federação Russa

Após vários anos de serviços prestados em funções-chave, no setor público, Elena Nikolaeva assumiu o cargo atual. Seu leque de atribuições abrange a elaboração de projetos de lei, regulamentações; organização de documentos e pesquisa de informações, em nível federal; participação em comissões, *workshops*, encontros interdepartamentais sobre a situação socioeconômica e financeira das unidades constituintes dos governos municipal e federal e suas estratégias de desenvolvimento regional; organização territorial da Federação Russa; relações entre orçamentos, políticas de tributação e orçamentárias; avaliação dos resultados de programas e atividades, de caráter específico, para autoridades executivas; e a divisão de poderes entre as autoridades.

Elena Nikolaeva é diplomada em Engenharia Econômica pela Universidade de Administração de Moscou, S. Ordzhonikidze, e é Ph. D. em Ciências Econômicas pelo Instituto Central de Pesquisa Científica em Economia e Administração da Construção, em Gosstroya.



Pan Yue

Vice-Ministro da Administração Central de Proteção Ambiental (SEPA), membro do Plano Geral de Conservação (CCP) — uma unidade do SEPA —, China

Após vários anos no Exército, Pan Yue seguiu a carreira de jornalista antes de ingressar no setor público. Em 1993-94, trabalhou como Diretor Geral do Centro de Pesquisa Juvenil da China. De 1994 a 1998, foi Vice-Diretor Administrativo do Departamento Federal de Gestão do Capital Público. Em 1998, foi indicado para a vice-direção do Departamento Federal de Qualidade e Supervisão Técnica. De 2000 a 2003, tornou-se Vice-Diretor do Departamento de Reestruturação Econômica, do Conselho Federal. Desde de 2003, Pan Yue exerce o cargo de Vice-Ministro da SEPA, tendo sido eleito, também, membro do CCP.





Prof. Dr. Renat Perelet

Diretor de Pesquisa do Instituto de Análise de Sistemas da Academia de Ciências da Rússia

Além de seu trabalho no Instituto de Análise de Sistemas, Renat Perelet é professor e membro da Academia Russa de Serviços Públicos (RACS), sob administração da Presidência da República. Suas principais áreas de interesse são economia e gestão do desenvolvimento sustentável, inclusive economia e segurança ambientais. Perelet foi um dos especialistas a participar da Comissão Brundtland (1984-87); foi membro do Comitê Deliberativo do Programa de Dimensões Humanas da Transformação Global (1989-92); Vice-Presidente das sessões do Conselho Deliberativo das delegações nacionais, no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) — anos 80; membro da delegação governamental russa para a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (Joanesburgo, 2002); assessor do Parlamento Russo, do Ministério de Recursos Naturais e do Ministério do Desenvolvimento Econômico e Comércio.



Alexandr Prilepin

Vice-Diretor do Instituto de Políticas Públicas e Legislação; Consultor da L.U. Roketskiy; representante do governo federal e Presidente do Comitê para o Desenvolvimento de Governos Locais; Conselho Federal da Rússia

Após várias missões diplomáticas e cargos em outros setores da administração pública, Prilepin tem trabalhado como consultor independente desde meados dos anos 90. Prilepin prestou vários serviços ao Banco Mundial, OCDE, Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e ao Programa TACIS, da UE. Ele também é membro de inúmeras instituições.

Alexandr Prilepin tem diploma de Mestre em Engenharia pelo Instituto Politécnico da cidade de Voronezh, onde obteve, também, um diploma de Mestre em Economia e trabalhou como professor-assistente.



N. K. Singh

Diretor do Departamento de Recursos do Solo — Ministério do Desenvolvimento Rural, Índia

N. K. Singh é funcionário do Departamento de Serviços Florestais e especialista em Mineração e Planejamento Florestal. Ele trabalhou em Gujarat e tem um interesse especial em silvicultura em florestas secas. Atualmente, N. K. Singh é Diretor do Departamento de Recursos do Solo do Ministério do Desenvolvimento Rural.



Roberto Smeraldi

Diretor da Amigos da Terra – Amazônia Brasileira

Como jornalista, Roberto Smeraldi publicou vários estudos e livros sobre políticas públicas, desenvolvimento sustentável e meio ambiente. Além disso, ele atua em diversas organizações. De 1989 a 1992, foi Presidente do Comitê Internacional das ONGs para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD). Desde 2003, é Presidente do Grupo de Assessoria Internacional (IAG) do Programa-Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7). Ele também é membro de conselhos de fundos e de instituições ambientais, como o Diálogo Florestal, da Universidade de Yale.

Sanjay Kumar Srivastava

Diretor para Cooperação Internacional e Desenvolvimento Sustentável — Ministério do Meio Ambiente e Florestas, Índia

Sanjay Kumar Srivastava é especialista em gestão de bacias hidrográficas, desenvolvimento de áreas improdutivas, mudanças climáticas, poluição, silvicultura sustentável e desenvolvimento rural integrado. Srivastava é especialista também em gestão financeira, investimentos em nível internacional, agro-negócio e agro-processamento. Atualmente, é Diretor para Cooperação Internacional e Desenvolvimento Sustentável, no Ministério do Meio Ambiente e Florestas.

Sanjay Kumar Srivastava pertence ao Serviço Florestal da Índia. Ele é diplomado em Gestão do Meio Ambiente Rural pelo Centro de Estudos de Regiões Áridas — Universidade do País de Gales, Reino Unido; e pelo Instituto de Administração Xavier — Bhubaneshewar (XIMB), em Orissa. Sanjay Srivastava é graduado em Química e tem mestrado em Silvicultura.



Akash Taneja

Secretário do Departamento de Eficiência Energética (BEE) do Ministério de Energia, Índia

Akash Taneja pertence ao Serviço Indiano do Comércio. Suas atribuições incluem o cargo permanente de Vice-Diretor Geral de Comércio Exterior, responsável pela liberação e implantação de políticas de exportação e importação; servidor em missão especial para o Ministério de Energia; Subsecretário do Ministério do Comércio e Indústria para relações comerciais com o Sudeste Asiático e com a Divisão da Comissão Econômica e Social das Nações Unidas para a Ásia e o Pacífico (CESAP); servidor em missão especial e membro da comissão da Administração Municipal de Nova Delhi para a implantação das reformas no imposto sobre propriedade. Atualmente, Taneja exerce a função de Secretário do BEE, sendo responsável pelo implemento da Lei de Conservação de Energia, de 2001.

Sua formação educacional é diversificada, com mestrado em Botânica pela Universidade de Nova Delhi, diploma de Membro da Academia Nacional de Florestas Indira Gandhi (equivalente ao mestrado em Silvicultura), além de um MBA. Akash Taneja trabalha, atualmente, em sua pós-graduação em Propriedade Intelectual e no doutorado em assuntos relacionados à OMC.



Tang Dingding

Vice-Diretor Geral do Departamento de Cooperação Internacional para a Proteção do Meio Ambiente (SEPA) — Administração Federal, China

Tang Dingding tem ampla experiência profissional como especialista em meio ambiente. Há vários anos, vinha trabalhando para o SEPA, em diferentes funções, até sua indicação para o cargo atual. Nesse período, Dingding trabalhou também como especialista ambiental no Escritório do PNUMA, em Paris. De 2000 a 2003, optou por trabalhar no Departamento de Meio Ambiente e, mais tarde, na Divisão de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Banco de Desenvolvimento da Ásia.





Dr. Utz Tillmann

Vice-Presidente Sênior da BASF para a indústria e relações com o governo sobre questões ambientais. Utz Tillmann iniciou sua carreira empresarial no laboratório ambiental da BASF, em 1990. Em pouco tempo, foi designado para outras funções na empresa antes de tornar-se membro do Conselho Europeu para a Indústria Química (CEFIC), no qual trabalhou como Diretor Executivo, com atribuições variáveis. Em 2004, retornou à BASF, assumindo seu cargo atual.

Utz Tillmann estudou Biologia em Frankfurt e Kiel e obteve o diploma de Ph. D. em Frankfurt.



Dr. Gilney A. Viana

Secretário de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável — Ministério do Meio Ambiente, Brasil

Gilney Viana foi um dos líderes políticos mais atuantes no processo de redemocratização do Brasil, foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT). Ao longo dos anos, exerceu várias funções para o PT, como a de Secretário Nacional para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1998-2001). Foi Deputado Federal e Deputado Estadual em distintas legislaturas, sempre com trabalhos relativos às políticas de meio ambiente, de conservação da biodiversidade e de desenvolvimento sustentável. Em 2002, foi membro da Comissão do Programa de Governo do então candidato a presidente, Luís Inácio Lula da Silva. Ele também foi membro do Comitê de Transição para o Governo Lula antes de assumir sua presente função.

Gilney Viana graduou-se em Medicina pela Universidade do Mato Grosso e é doutorando em Saúde e Meio Ambiente pelo *Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Mato Grosso — UFMT*



Prof. Dr. Ye Jingzhong

Professor de Desenvolvimento e Administração Rural, Vice-Reitor da Faculdade de Humanidades e Desenvolvimento (COHD), Diretor Administrativo do Centro para o Desenvolvimento Integrado da Agricultura (CIAD) — Universidade de Ciências Agrárias, China

O Professor Ye Jingzhong é especialista em Sociologia do Desenvolvimento, agricultura internacional — gestão do desenvolvimento rural, gestão e planejamento do desenvolvimento regional, ciência do solo e química agrícola. Desde 1989, ele trabalha no Centro para o Desenvolvimento Integrado da Agricultura (CIAD) — Universidade de Ciências Agrárias da China. Jingzhong recebeu vários encargos de assessoria a organizações nacionais e internacionais.

Ye Jingzhong estudou na Holanda, Reino Unido, Alemanha e China, onde obteve vários títulos acadêmicos.



Dra. Angelika Zahrnt

Membro Conselho Alemão para o Desenvolvimento Sustentável (RNE), Presidente da BUND — Amigos da Terra Alemanha

Após completar os estudos universitários, Angelika Zahrnt iniciou sua carreira na Siemens, ingressando, pouco depois, no setor público. Em 1986, ingressou na Amigos da Terra Alemanha, da qual, em 1998, tornou-se presidente. Ela já publicou uma série de artigos sobre sustentabilidade, reforma tributária ambiental, Ecologia e Economia.

Angelika Zahrnt estudou Economia nas Universidades de Heidelberg, Viena e Innsbruck, obtendo o diploma de doutorado em Heidelberg.

Conferência Internacional do Projeto BRICS+G realizada nos dias 4 e 5 de setembro na Agência da GTZ em Berlim

Outros Participantes

Anfitriões

Dr. Günther Bachmann

Presidente do Conselho Alemão para o Desenvolvimento Sustentável (RNE), Alemanha

Sra. Franziska Donner

Diretora da Agência Alemã de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento (GTZ) — Agência da GTZ em Berlim, Alemanha

Assessores para o Projetos BRICS+G

Sr. Peter Christmann

Diretor-Adjunto de Divisão, Senior Development Officer, do Ministério Federal Alemão para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ), Alemanha

Sr. Hermann-Josef Sausen

Representante para Assuntos Ambientais e Biopolíticos do Ministério das Relações Exteriores, Alemanha

Dr. Albert Statz

Diretor de Divisão do Ministério do Meio Ambiente, Alemanha

Dr. Walter Tabat

Representante para Assuntos Econômicos e de Políticas Ambientais, Ministério da Economia e Trabalho, Alemanha

Convidados

Sr. Klaus Brückner

Diretor de Projeto, Agência da GTZ em Pretória, Alemanha

Dr. Ingeborg Niestroy

Secretário-Geral dos Conselhos de Assessoria em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Bélgica

Facilitador da Conferência

Sr. Dirk Jung

Denkmodell, Alemanha

Moderadores dos Grupos de Trabalho

Sr. Peter Conze

Diretor de Divisão da Agência Alemã de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento (GTZ), Alemanha

Sr. Harald Lossack

Coordenador de Projeto da Agência Alemã de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento (GTZ), Alemanha

Dr. Rolf Sülzer

Diretor da Agência da GTZ em Nova Delhi

Relatores

Sr. Matthias Jobelius

Sr. Jan-Peter Schemmel

Agência Alemã de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento (GTZ), Alemanha

Sr. Michael Stoyke

Equipe de Apoio

Sra. Dorothee Braun

Consultora para Conselho Alemão para o Desenvolvimento Sustentável, Alemanha

Sr. Raphael Pfautsch

Agência da GTZ em Berlim, Alemanha

Sr. Daniel Regenhardt

Assistente de Projeto, Agência da GTZ em Berlim, Alemanha

Sr. Philipp Steinheim

Coordenador-Assistente de Projeto, Agência da GTZ em Berlim, Alemanha

Delegação do Sr. H.E. Pan Yue

Sr. Li Jia Lu

Secretário Particular do Sr. H.E. Pan Yue, Administração Federal para a Proteção do Meio Ambiente, China

Sr. Li Kequan

Diretor Administrativo da filial alemã da *China Technical Import & Export Corporation*, China

Dr. Shu Qing

Vice-Diretor Geral do Departamento de Política da Administração Federal para a Proteção do Meio Ambiente, China

Sr. Zhang Xuejun

Vice-Diretor Geral do Departamento para Assuntos Internacionais, Centro Nacional de Pesquisa para o Desenvolvimento, Conselho Federal, China

Aquisição de experiência e conhecimentos junto à GTZ

O objetivo do projeto BRICS+G é oferecer uma plataforma de livre intercâmbio entre os especialistas oriundos dos setores público, privado, comunidade acadêmica e sociedade civil dos países participantes; criar uma atmosfera favorável à comparação das respectivas políticas de desenvolvimento sustentável, à troca de experiências, às avaliações e conclusões sobre as ENDS; e assentar as bases para compartilhar pontos de vista quanto à maneira de ajustar o crescimento econômico ao desenvolvimento sustentável.

Fazendo uma retrospectiva, a iniciativa BRICS+G certamente pode ser considerada um sucesso. A seguir, os comentários sobre as lições aprendidas irão focar antes questões procedurais do projeto e do diálogo do que propriamente seu conteúdo, haja visto esse ter sido abordado, com mais detalhes, nos relatórios sobre as conferências.

Durante as conferências nacionais, pode-se perceber o grande interesse nos debates sobre a relação entre crescimento e sustentabilidade nos países BRICS e na Alemanha. Esses encontros deram contribuições valiosas aos discursos e processos nacionais de desenvolvimento sustentável, que buscam conciliar as questões referentes ao crescimento e à sustentabilidade. No Brasil, por exemplo, por meio dos debates na conferência nacional, os grupos de interesse perceberam a necessidade de um debate sobre o direcionamento do desenvolvimento do país. Na África do Sul, a conferência nacional abriu espaço para testar a metodologia a ser aplicada nos passos posteriores da elaboração da estratégia nacional de desenvolvimento sustentável. Naquele país, o processo nacional do projeto BRICS+G facilitou, aos atores nacionais, estabelecer novos contatos com outros grupos de interesse e inserir o tema “crescimento e sustentabilidade” na agenda nacional. Finalmente, na Rússia, a conferência preparatória para o diálogo internacional fortaleceu os argumentos pró-mobilização por uma ENDS.

O fato de o projeto BRICS+G ter sido capaz de desencadear todos esses desdobramentos tão específicos de cada país demonstra, claramente, o valor de uma proposta que propõe fóruns nacionais em complemento ao diálogo internacional. Assim, em primeiro lugar, seria recomendável o uso das estruturas alemãs de cooperação internacional para um apoio continuado aos parceiros nos países BRICS, frente às suas estratégias de desenvolvimento sustentável;

Lessons Learned at GTZ

The objective of the BRICS+G process was to offer a platform for an open exchange among experts drawn from government, business, academia and civil society of the participating countries. The aim of the process was to create a favourable atmosphere for comparing the countries' respective policies for sustainable development, exchanging experiences and evaluations, and drawing conclusions regarding national strategies for sustainable development. The idea was to create the foundations for a further exchange of views on how to shape economic growth in a sustainable way.

Looking back, the BRICS+G initiative can surely be regarded as a success. The following remarks on lessons learned will focus on procedural matters of the project and dialogue rather than on their content, since the latter has already been covered in more detail in the conference reports.

In the course of the national conferences it became apparent that there was considerable interest in discussing the nexus of sustainability and growth in the BRICS countries as well as in Germany. These conferences provided valuable contributions to the national sustainable development discourses and processes, which seek to reconcile concerns with regard to growth and sustainability. For example, in Brazil, through discussions at the national conferences, stakeholders realised that there is a need for a debate about the general direction of the country's development. In South Africa, the conference provided room to test a methodology to be applied for further steps in developing the national sustainable development strategy. There, the national part of the BRICS+G process facilitated national actors to establish new contacts with other stakeholders and to move the issue of sustainability and growth up the national agenda. Eventually, the Russian preparatory conference for the international exchange intensified arguments in favour of embarking upon a process to develop a national sustainable development strategy. The fact that the BRICS+G project was able to trigger all of these very country-specific developments clearly shows the value of an approach that envisages fora at the national level in addition to an international dialogue. Hence, it seems advisable firstly to use the existing German international

em segundo lugar, a disseminação, discussão e implantação de quaisquer lições aprendidas no diálogo internacional, bem como na preparação de futuros intercâmbios.

O alto nível de interesse em todos os países participantes mostrou que existe uma necessidade comum de troca de experiências e aprendizado mútuo e conjunto, na direção do desenvolvimento sustentável. Todos os parceiros elogiaram a natureza informal da experiência, permitindo um diálogo franco, aberto, construtivo e instrutivo, que não seria possível ou tão proveitoso, se realizado de maneira formal. A informalidade representa um valor agregado, de caráter decisivo, do projeto BRICS+G, quando comparado a outros projetos. Esse valor deve ser mantido como elemento-chave em qualquer cooperação futura.

O desenvolvimento sustentável é um processo, não um local ou momento específico. Assim, são necessários esforços contínuos na direção do desenvolvimento sustentável e na adaptação a um contexto em constante transformação. Atividades realizadas uma única vez tendem a não causar muito impacto sobre o redirecionamento do desenvolvimento na direção da sustentabilidade. Por isso, ao lado da informalidade, a continuidade é decisiva para tornar o BRICS+G em um projeto efetivo. A demanda de todos os parceiros pela continuidade do diálogo e da cooperação reforçou esse aspecto. Tal necessidade deve ser satisfeita pelo comprometimento, à altura, da parte alemã.

Originalmente, a idéia de se iniciar o diálogo entre os países do BRICS+G veio de um relatório da Goldman-Sachs, que destacou as enormes taxas de crescimento econômico dos países do grupo. Com base nesses dados, a economia combinada dos países BRICS ultrapassaria, até 2050, aquela dos países do G7. Dada a trajetória insustentável do desenvolvimento do G7, no passado, essa perspectiva aponta para a necessidade de se encontrar modelos mais sustentáveis de crescimento para uma perspectiva futura, em nível mundial.

Até certo ponto, o atual grupo BRICS formou-se de maneira artificial, com base apenas em uma pesquisa e no potencial econômico dos países agregados. De fato, enquanto alguns dos países BRICS criaram laços estreitos entre si, nos últimos anos, ainda não se deu essa mesma união entre os cinco. E isso para não mencionar todos os cinco e a Alemanha. Assim, o projeto pode ser visto como um experimento. Durante a conferência internacional, no entanto, os parceiros perceberam que, a despeito de todas as diferen-

cooperation structures to support partners in the BRICS countries further with regard to their sustainable development strategies, and secondly to disseminate, discuss and implement any lessons learned from the international dialogue, as well as to prepare for future exchanges.

The interest at the highest levels in all participating countries proved that there is a commonly perceived need to exchange experiences between countries and to learn together and from each other as to how to move towards sustainable development. All partners praised the informal nature of the experience, which allowed for a frank and open, constructive and learning-oriented dialogue that would not have been possible or as fruitful in a more formal setting. The informality represents a decisive added value of the BRICS+G project compared to other processes, and should be kept as a key element in any future cooperation.

Sustainable development is a process, not a specific place or point in time. Hence, continuous efforts are needed in order to strive for sustainable development and to adapt to an ever-changing context. One-off activities are unlikely to have much impact in redirecting development towards sustainability. Therefore, in addition to informality, continuity will be decisive if the BRICS+G project is to be effective. Calls from all partners to continue dialogue and co-operation further underlined this point, and should be met by a respective commitment on the German side.

The original idea to initiate a dialogue between the BRICS+G countries stemmed from a report by Goldman-Sachs, which highlighted the enormous economic growth rates of the BRICS countries. Based on the data, by 2050 the combined economies of the BRICS could be larger than those of the G7. Given the unsustainable path of the G7 development in the past, this perspective points to the need to find more sustainable growth patterns for the sake of future sustainable development at the global level.

The actual BRICS grouping is a potentially somewhat artificial grouping of participants, based merely on a study and these countries' aggregated economic potential. Indeed, while in recent years some BRICS countries have developed increasingly strong ties with each other, there has not yet been a get-together of all five, not to mention all five plus Germany. The project can therefore be seen as an experiment. During the international conference, though, partners realised that despite all the differences and varia-

ças e variáveis, existem muitas semelhanças nos desafios enfrentados. Eles perceberam, também, que têm um papel essencial no desenvolvimento sustentável global: além do seu potencial econômico, esses países, juntos, retêm mais de 50% de toda a população mundial, da biodiversidade e mananciais de água potável do planeta. Os participantes da conferência, além disso, adquiriram uma identidade de grupo, referindo-se freqüentemente a si mesmos como “nós, os países BRICS.” De certo, valeu a pena reunir esses países para o diálogo, criando expectativas em comum e compartilhando uma mesma identidade.

Do ponto de vista alemão (da cooperação para o desenvolvimento), também foi encorajador constatar que os participantes dos outros países demonstraram um considerável interesse nas propostas procedurais, institucionais e tecnológicas da Alemanha, adotadas para enfrentar os desafios inerentes ao desenvolvimento sustentável. Isso deve ser considerado a partir do cenário de competitividade entre os países líderes, diante das inovações e políticas de desenvolvimento sustentável. Para manter a posição, a Alemanha precisará que suas instituições melhorem seu desempenho, continuamente, a fim de confirmar a atual imagem positiva do país. Com essa nova proposta estratégica, a GTZ, por exemplo, iniciou um processo corporativo de fortalecimento dos princípios do desenvolvimento sustentável como diretriz para suas atividades. Por meio do projeto BRICS+G, a GTZ foi capaz de se posicionar como instituição competente e comprometida com a promoção do desenvolvimento sustentável. Uma imagem alemã positiva, nesse contexto, é a base não só para o reconhecimento internacional, mas também do potencial alemão para exportar idéias, propostas e tecnologias. Por outro lado, o BRICS+G abre as portas à Alemanha para o aprendizado junto a outros países e para intensificar contatos e a cooperação na área de desenvolvimento sustentável. Esforços significativos e apropriados, contudo, serão necessários para garantir que as portas permaneçam abertas em ambos os lados.

Agindo conjuntamente, a GTZ e o RNE erigiram uma estrutura institucional bastante eficiente. Sua capacidade combinada de agregação, contatos e interação com projetos nacionais e internacionais, bem como sua proximidade dos governos — enquanto instituições externas a eles — foram os ingredientes-chave para o sucesso do diálogo. Por meio do RNE, os resultados da conferência podem ser incorporados à estratégia alemã de desenvolvimento sus-

tions, there are nevertheless many similarities in the challenges they face. They also saw that together they play a crucial role with regard to global sustainable development: in addition to their economic potential, these countries together hold more than 50% of the world's population, biodiversity and freshwater resources. Participants of the conference in addition developed some kind of group identity, often referring to themselves as “us, the BRICS countries”. Therefore, the grouping of these countries in a dialogue has been worthwhile in building commonalities and a shared identity.

From a German (development cooperation) perspective, it was also encouraging to see that participants from the other countries showed considerable interest in the German procedural, institutional and technological approaches adopted to tackle the challenges of sustainable development. This has to be seen in a context of competition among progressive states for the international frontrunner positions concerning sustainable development policies and innovations. To keep Germany's position, German institutions will need to improve their performance continuously to confirm the country's current positive image. With its new strategy paper on sustainable development, GTZ, for example, has started a corporate process to strengthen sustainable development principles further as guidelines for its work. Through the BRICS+G process, GTZ was able to position itself as an institution committed to and competent at furthering sustainable development. A well-founded and positive image of German sustainable development efforts is a basis not only for international recognition, but also for the German potential to export ideas, approaches and technologies. On the other hand, BRICS+G has opened doors for Germany to learn from the other countries and to intensify contacts and cooperation on sustainable development. Appropriate significant efforts, however, will be needed to ensure that doors stay open on either side.

Operating in tandem, the two organising institutions, namely the German Council for Sustainable Development and GTZ, have built a very effective institutional structure. Their combined convening power, networks and links to domestic and international processes as well as proximity to government – while not being part of government – were key ingredients that made this dialogue a success. Through the Council, conference results can be

tentável. A GTZ, por outro lado, é ativa em todos os países BRICS e capaz de prestar apoio aos parceiros no planejamento da incorporação, em seus processos nacionais, de quaisquer lições aprendidas. Toda ação da Alemanha em apoio ao BRICS+G será beneficiada pela continuidade dessa proveitosa cooperação.

O desenvolvimento sustentável é exatamente o equilíbrio dos interesses legítimos e geralmente conflitantes dos vários atores sociais, econômicos e políticos atuais e futuros. Nesse contexto, o projeto BRICS+G foi particularmente bem-sucedido ao reunir atores de origens e áreas diversas e de iniciar ou intensificar esse diálogo junto a eles, pois, para alguns ainda não havia sido possível um contato mais estreito. Todavia, a maioria dos participantes constituía-se de representantes do governo, ONGs, iniciativa privada e comunidade acadêmica que já eram ativas na promoção do desenvolvimento sustentável em seus países. Na primeira etapa desse diálogo, já se pode considerar um grande desafio impulsionar os debates entre países de histórias, culturas, economias, sociedades e sistemas ecológicos tão diferentes, como os que estão representados no BRICS+G. Em etapas futuras, porém, deverá ser considerada — desde que seja o caso — a possibilidade de inclusão de mais atores que estejam menos envolvidos nesse processo ou que não compartilhem os mesmos objetivos e meios políticos daqueles resultantes do paradigma do desenvolvimento sustentável. Isso garantiria a manutenção das bases do diálogo dentro de uma realidade que possa ser moldada pela maioria dos atores.

incorporated into the German national sustainable development strategy. GTZ, on the other hand, is active in all the BRICS countries and can thus support partners planning to integrate any lessons learned into their national processes. Any further German activities supporting BRICS+G should greatly benefit from the continuation of this fruitful cooperation.

Sustainable development is all about balancing the often conflicting legitimate interests of various present and future societal, economic and political actors. In this context the BRICS+G project was especially successful in bringing together and starting or intensifying a discourse among actors from various backgrounds and spheres, many of whom had not had much contact before. Most participants, however, represented those parts of government, NGOs, business and academia that are already actively promoting sustainable development in their countries. For the first phase of the dialogue, it might already be enough of a challenge to launch a discourse among countries with such different histories and cultures, economies, societies and environments as those represented in the BRICS+G. For future stages of the exchange, though, it should be considered whether attempts should be made – and to what extent – to include more actors who are less involved in the sustainable development discourse or who do not share the same political goals and means as those resulting from the sustainable development paradigm. This would ensure that the dialogue stays grounded in a reality that can be shaped by the majority of actors.

Aquisição de experiência e conhecimentos junto ao RNE

Este é o momento de discutirmos crescimento e sustentabilidade com esses cinco países, cujo destaque vem sendo cada vez mais no cenário mundial. É necessário identificar os interesses em comum e aprender não só com os elementos constituintes das estratégias nacionais de sustentabilidade; mas, também, com as diferenças, desenvolvendo novas opções políticas. Eis o que as experiências com o processo de cooperação entre os países europeus nos tem ensinado. Isso diz respeito, principalmente, à Alemanha, diante de economias que avançam rapidamente. Assim, o projeto BRICS+G representa um primeiro passo que valeu a pena ser dado.

Nos anos 80, a Comissão Brundtland trouxe o conceito de sustentabilidade à arena política internacional. Após ela, vieram inúmeros encontros de cúpula nas Nações Unidas, acordos ambientais, em nível global, e uma série de campanhas promovidas pela sociedade civil e a iniciativa privada. Todavia, é no presente que o potencial de um outro instrumento se evidencia: o das estratégias nacionais de sustentabilidade. Essas estratégias permitem trazer os conceitos para o campo da ação. Elas viabilizam uma nova estrutura que envolve, organiza e permite a participação dos grupos de interesse. A definição das metas e objetivos quantitativos e a competição em torno de práticas mais eficazes, podem combinar política, de fato, com transparência e compromisso. Além disso, elas abrem espaço a novas formas de contato com a sociedade. Somente agora passamos a compreender as oportunidades de diálogo e de aprendizado orientado.

Para a Alemanha é necessário estabelecer um diálogo com os países BRICS sobre crescimento e sustentabilidade. A demanda energética da China, Índia e de alguns outros países, cujas economias crescem rapidamente, deve superar todas as demandas anteriores. Uma dependência crescente de recursos e uma maior pressão sobre o meio ambiente podem, contudo, se tornar uma armadilha para o crescimento. Por isso, é preciso fazer mais do que temos feito até agora, adicionando toda nossa competência na área política e industrial, com o intuito de cooperar na orientação do desenvolvimento globalmente sustentável. A esse respeito, os líderes políticos devem estabelecer um padrão de sustentabilidade, por exemplo, para superar as

Lessons Learned at RNE

It is high time that the issues of sustainability and growth should be discussed with these five countries, which are becoming increasingly important on the world stage. There is a need to discover points of common interest, to learn not only from the exemplary elements of national sustainability strategies, but also from differences, and to develop new political options. This is what experiences in European cooperation have taught us. This applies all the more to Germany in respect of countries with rapidly growing economies. BRICS+G therefore represents a worthwhile first step.

In the 1980s, the Brundtland Commission introduced the idea of sustainability into the global political arena. In its wake came a series of UN summits, global environmental agreements and a host of campaigns promoted by the civil society and business. However, it is only now that the political potential of another instrument is becoming clear: national sustainability strategies offer an opportunity to turn vision into specific action. Such strategies create a new framework for involving stakeholders and organising participation, which, with quantitative, defined goals and objectives and best-practice competition, can combine actual policy with transparency and commitment. They also open up new forms of public communication. Only now are we beginning to understand these opportunities for dialogue and process-oriented learning.

Germany needs to establish a dialogue with the BRICS countries about growth and sustainability. China's and India's energy demands and those of some other rapidly growing economies are set to outstrip any past requirements. A growing dependence on resources and an increasing burden on the environment can, however, become pitfalls for growth. We must therefore do more than we have done so far to bring all our industrial and political competence to bear on pointing the way to globally sustainable development. In this respect, political leaders need to set a standard for sustainability, for example in overcoming the technology hurdle in the clean use of coal, in achieving energy efficiency, in exploring bio fuels and using resources sparingly, and in developing new social services in a society undergoing rapid demographic change.

Among the BRICS countries, the way that problems are perceived and the political approaches to tackling the is-

barreiras tecnológicas para o uso limpo do carvão, alcançar eficiência no uso de energia, promover a pesquisa de biocombustíveis, utilizar recursos, de forma econômica, e desenvolver novos serviços sociais em contexto, cujo perfil demográfico se altera rapidamente.

Entre os países BRICS, são muito variadas as formas de percepção dos problemas e de propostas políticas para tratar das questões relacionadas à sustentabilidade. Todavia, são muitos os pontos em comum. Esses países estão enfocando as MDGs relacionadas ao crescimento e à sustentabilidade. Como missão conjunta, a comunidade internacional deve propiciar contribuições estáveis, efetivas e visíveis para o cumprimento dessas metas. Além disso, é importante deixar a mensagem de que a sustentabilidade está no topo das agendas políticas e econômicas dos países BRICS. O projeto BRICS+G encontrou interlocutores competentes, oriundos das esferas mais altas dos países emergentes, o que deve ser comemorado. O projeto foi capaz de promover uma série de estímulos importantes a todos os países convidados e, particularmente, à Alemanha:

- Devemos ser mais criteriosos do que fomos no passado ao nos questionarmos sobre o nível de crescimento que queremos alcançar e os produtos e serviços que serão sustentáveis no futuro. Ao mesmo tempo, devemos garantir uma prosperidade duradoura e um acesso igualitário aos recursos. Vários países BRICS estão trabalhando com base no conceito do chamado “PIB verde”; ou seja, um sistema nacional de cálculo que modifica a maneira com que o volume de riquezas de um país é mensurado, subtraindo-se os custos ambientais e sociais improdutivos, cujos efeitos ecológicos negativos irão recair sobre as gerações futuras.
- Os países BRICS claramente demonstram que estilos de vida, valores éticos e padrões sociais definidos culturalmente são de grande importância para o consumo e métodos de produção. Diálogos como o do projeto BRICS+G são indispensáveis para compreender melhor a importância de modelos culturais básicos e, por fim, as oportunidades de desenvolvimento sustentável, em nível global.
- Na busca por caminhos para se chegar a uma economia circular, uma economia sem desperdício, com métodos produtivos responsáveis e observância do comprometimento, o emprego de energias

sue of sustainability vary greatly. However, there are also some shared points. These countries are focusing the MDGs on sustainability and growth. As a joint mission, the international community has to provide stable, effective and visible contributions in order to meet these targets. Furthermore, it is important to send out the signal that the subject of sustainability is very high up on the political and economic agendas of the BRICS countries. BRICS+G has found high-ranking and competent interlocutors in the emerging countries, which is to be commended, and has moreover provided a series of important stimuli for all the invited countries, and particularly for Germany:

- We must be more discriminating than we have been in the past in asking ourselves what level of growth we actually want to achieve and what products and services will be sustainable in the future. At the same time, we must aim at securing lasting prosperity and equitable access to resources. Several BRICS countries are working on so-called Green GDP concepts, that is to say a system of national accounting, which changes the way that national wealth is calculated by removing unproductive ecological and social costs accruing for future generations in respect of environmentally inherited burdens.
- The BRICS countries clearly show that culturally defined ways of life, ethical values and societal standards are of great importance for consumption and methods of production. Dialogues such as the BRICS+G project are indispensable if we want to understand better the importance of basic cultural models and, ultimately, the global opportunities for sustainable development.
- In the search for paths to a “circular” economy, an economy without waste but with product responsibility and liability control, renewable energies, the linking of protection and use of nature, comprehensive concepts are called for which can create and shape the cohesion of individual measures.
- Our future standard of living and mobility continues to depend on oil. However, there are many signs, which indicate that the days of “easy oil” are numbered. Climatic risks and dependence on oil make all economies (and developing ones in particular) increasingly vulnerable to oil-supply shocks,

renováveis e com a combinação do uso e conservação da natureza, são necessárias propostas amplas que possam criar e dar forma à integração de medidas isoladas.

- Nosso padrão de vida e mobilidade futuros dependem, ainda, do petróleo. Porém, já há vários indícios de que os dias de acesso fácil a esse recurso estão contados. Riscos ao clima e a dependência generalizada tornam todos os países (em particular, aqueles em vias de desenvolvimento) vulneráveis às crises do petróleo, com todas as implicações negativas para a segurança e a paz, que nelas se encontram implícitas. Nosso futuro econômico repousa sobre uma base relativamente estreita — nossa capacidade de inovar e fazer uso de alternativas renováveis. Precisamos de inovações mais eficientes no setor de energia.
- A responsabilidade corporativa, no que se refere aos padrões sociais e ambientais, representa um desafio para as empresas alemãs que atuam em outros países. Por outro lado, esse desafio oferece vantagens substancialmente competitivas quando essas, conforme exemplos, são consideradas no processo de gestão das empresas.

Esses pontos são todos desafios para a continuação da estratégia alemã de sustentabilidade. Eles descrevem uma forma de responsabilidade global, que vai muito além dos modelos frequentes de cooperação para o desenvolvimento e políticas internacionais econômicas e ambientais. O projeto BRICS+G proporciona à Alemanha a oportunidade de se considerar a aplicação abrangente de uma política externa renovada, frente-a-frente com os países em vias de industrialização e economias emergentes, que estão desempenhando um papel cada vez mais importante no cenário internacional. Novas redes de atores com as quais os repasses de informação e contatos possam ser organizados e os objetivos estabelecidos e alcançados e que possam superar as muitas restrições comumente encontradas na diplomacia das reuniões de cúpula mundiais, são não só necessárias mas também possíveis.

A Conferência para o diálogo internacional proporcionou um clima de abertura, debate construtivo e respeito às opiniões alheias. Ela abriu caminho para novos elementos no diálogo da Alemanha com aqueles países que são mais importantes para o futuro do planeta. O diálogo que,

with all the negative implications for security and peace that this entails. Our economic future rests on a relatively narrow base – our capacity to innovate and to make use of renewable alternatives. We need more energy-efficient innovations.

- Corporate responsibility for social and ecological standards represents a challenge for German companies operating outside Germany. However, at the same time the challenge offers substantial competitive advantages when they, as examples show, become an integral part of corporate management.

These points are all challenges for the continuation of Germany's sustainability strategy. They describe a form of global responsibility, which goes far beyond the usual models of development cooperation and international economic and environmental policy. BRICS+G provides an opportunity to consider a new and broadly applied foreign policy concept for Germany vis-à-vis the newly industrialising states and emerging economies that are playing an increasingly important international role. New networks of players with whom transfers of information and contacts can be organised and objectives set and pursued, and which can overcome the many usual restrictions of global summit diplomacy, are both necessary and feasible.

The international dialogue conference has created a climate of openness, constructive debate and respect for other people's points of view. It has opened the way for new elements of Germany's international dialogue with those countries that are most important for the world's future. The dialogue, which was primarily established for environmental topics, nevertheless touches on all aspects of sustainability – not just ecological, but also economic and social. The forthcoming agenda will also address other topics, primarily those of a social dimension (e.g. health and demographic developments).

The BRICS+G project is a living process, not a recipe book, and takes further legitimacy from its active use of dialogue approaches.

inicialmente, estava centralizado em questões ambientais, passou a abranger todos os aspectos da sustentabilidade — não só o ambiental, mas também o econômico e o social. A agenda futura abordará, ainda, outros tópicos, com destaque para aqueles de dimensão social (p.e., saúde e evoluções dos perfis demográficos).

O projeto BRICS+G é um processo dinâmico, não um conjunto de fórmulas estáticas e, por isso, ganha maior legitimidade a partir do uso ativo do diálogo.

A Agência Alemã de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento (GTZ)

Nossa Organização

A Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ) GmbH é uma agência de cooperação técnica internacional para o desenvolvimento sustentável, com atuação em vários países. A GTZ fornece soluções avançadas para o desenvolvimento político, econômico, ambiental e social no mundo globalizado. A GTZ presta apoio a reformas complexas e processos de mudança, atuando, freqüentemente, em contextos de difícil resolução. O objetivo da Agência é elevar o padrão de vida das pessoas, de maneira sustentável.

Nossos Clientes

A GTZ é uma agência federal, sediada na cidade alemã de Eschborn, próxima à Frankfurt. Ela foi fundada em 1975, como empresa de direito privado. Seu principal cliente é o Ministério Federal Alemão para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ). A Agência também atua em nome de outros Ministérios alemães, governos dos países parceiros, clientes internacionais (por exemplo, a Comissão Européia, as Nações Unidas e o Banco Mundial), bem como empresas privadas. A atuação da GTZ tem caráter de utilidade pública. Todos os lucros gerados são redirecionados aos seus próprios projetos de cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável.

A GTZ no Mundo

A GTZ emprega cerca de 9500 colaboradores em mais de 130 países na Ásia, África, América Latina, nos países em transição do Leste Europeu, nos Novos Estados Independentes (NIS) e na Alemanha. São, aproximadamente, 1100 especialistas em campo, 7100 componentes do pessoal nacional e 300 especialistas em projetos, na Alemanha. A GTZ mantém seus próprios Escritórios em 67 países. Cerca de 1000 colaboradores estão trabalhando atualmente na sede da Agência, em Eschborn.

Para maiores informações, consulte o site: www.gtz.de

Outubro de 2005

O Conselho Alemão para o Desenvolvimento Sustentável (RNE)

Criado em abril de 2001, pelo Chanceler Federal, Gerhard Schroeder, o Conselho Alemão para o Desenvolvimento Sustentável tem a missão de assessorar o governo federal, de forma pró-ativa e independente, nas questões referentes à estratégia de sustentabilidade, recomendando ações concretas e projetos e transmitindo o conceito de sustentabilidade como de interesse público.

Como entidade representativa de vários grupos de interesse, seus 19 componentes ocupam posições-chave na iniciativa privada, no setor ambiental, em ONGs relacionadas à área de desenvolvimento, na comunidade acadêmica, Igreja, em sindicatos comerciais, comunidades locais e na mídia. Eles podem ser indicados para três mandatos.

O Conselho envia relatórios à Chancelaria Federal e ao Gabinete Verde. Ele participa, também, de debates de alta relevância, com o setor privado, instituições comprometidas com a sustentabilidade e com a sociedade civil. O RNE fornece elementos à estratégia nacional de sustentabilidade e relatórios de acompanhamento desse processo. Ele emite documentos temáticos com recomendações relacionadas a aspectos de caráter transversal não incluídos ou rejeitados pela agenda da sustentabilidade, tais como: comércio internacional, consumo privado, futuro de políticas energéticas para o carvão limpo, pesquisas no setor de energia, políticas de uso da terra, MDGs, a estratégia de sustentabilidade da União Européia e novas propostas para o uso sustentável de florestas.

As políticas de sustentabilidade devem envolver tanto os grupos de interesse quanto aqueles que ainda não pensaram em ações concretas, no âmbito da sustentabilidade. Por isso, por meio de seus próprios projetos e compromisso, o Conselho tem buscado encorajar novas políticas.

O Conselho Alemão para o Desenvolvimento Sustentável transmite o conceito de sustentabilidade por meio de projetos de diálogo com a sociedade (o mais recente encontra-se disponível no endereço www.facing-sustainability.de). Suas conferências públicas anuais constituem um fórum, no qual as principais lideranças políticas podem apresentar suas propostas. Essas conferências permitem uma avaliação do grau de importância dado à sustentabilidade na esfera política, bem como alcançar um número maior de pessoas.

Para maiores informações, acesse o site www.nachhaltigkeitsrat.de.

Impressum

© 2005 Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ) GmbH /
Conselho Alemão para o Desenvolvimento Sustentável (RNE)
info@bricsg.net | www.bricsg.net

Editores

Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ) GmbH
info@gtz.de | www.gtz.de

Conselho Alemão para o Desenvolvimento Sustentável (RNE)
info@nachhaltigkeitsrat.de | www.nachhaltigkeitsrat.de

Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável
Ministério do Meio Ambiente
Governo Federal do Brasil
sds@mma.gov.br | www.mma.gov.br

Relatórios das conferências nacionais preparatórias

Horst Köhler, baseado nos relatórios das conferências nacionais editados

no Brasil: Agência da GTZ em Brasília, em parceria com a Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, Governo Federal do Brasil

na Rússia: Agência da GTZ em Moscou, em parceria com o Instituto de Desenvolvimento de Políticas Públicas e Legislação, em Moscou

na Índia: Agência da GTZ em Nova Delhi, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e Florestas (MEF), Governo Federal da Índia

na China: Agência da GTZ em Pequim, em parceria com a Associação para a Cooperação entre ONGs (CANGO) e o Centro Administrativo para a Agenda 21 da China (CAAC 21)

na África do Sul: Agência da GTZ em Pretória, em parceria com o Departamento de Assuntos Ambientais e Turismo (DEAT), Governo Federal da África do Sul

na Alemanha: Conselho Alemão para o Desenvolvimento Sustentável (RNE)

Relatório da Conferência Internacional

GTZ-Rioplus
rioplus@gtz.de | www.gtz.de/rioplus

Fotos

Foto Kirsch
mail@fotokirsch.com
www.fotokirsch.com

Michael Stoyke
michael@stoyke.com
www.yfoto.de

Brasil: Liane Kirsch
Índia: Mirjam Lucas
Rússia: Alice Gayler
África do Sul: Johannes Seeberg-
Elverfeldt

Editoração da versão em português

Luiz Daré
luizdare@yahoo.com.br

Design gráfico | Fotos

Bert Odenthal
info@bert-odenthal.de
www.bert-odenthal.de

Tradução

Jorge L. A. Ferreira
trad_ueb@yahoo.com.br

Impressão

Fotograff Produção Gráfica e Editora
fotograff@uol.com.br

Impresso em papel reciclado

